

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TACIA SUANE MARTINS DOS SANTOS

**HABILITADAS A MATERNAR: uma visão sobre as adoções via CNA por
mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE**

**São Cristóvão - SE
2017/1**

TACIA SUANE MARTINS DOS SANTOS

**HABILITADAS A MATERNAR: uma visão sobre as adoções via CNA por
mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Sergipe, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientação: Prof^ª. Dra. Rosangela Marques dos
Santos

**São Cristóvão - SE
2017/1**

TACIA SUANE MARTINS DOS SANTOS


HABILITADAS A MATERNAR: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE

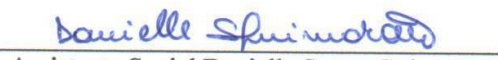
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 10/10/2017

Banca Examinadora:


Prof.^a Dra. Rosângela Marques dos Santos
Orientadora DSS/UFS


Prof.^a Dra. Vera Nubia Santos
DSS/UFS


Assistente Social Danielle Souza Guimarães
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2017/1

*Às mulheres que, muito solícitas, me abriram as
portas e vidas, confiando a mim suas intimidades.
Ártemis, Atena e Deméter, a vocês minha gratidão.*

“Inventei uma grande árvore, maior que um homem, maior que uma casa, maior que uma última esperança.

Fiquei com ela durante anos, sob sua sombra esperando que falasse comigo. Eu lhe cantava canções, abraçava-a, coçava sua rugosa casca entremeada de samambaias, meu riso rebentava flores em seus galhos, e a cada gesto meu cresciam-lhe folhas, brotavam-lhe frutas... Era minha como nunca nada foi meu, mas não falava comigo.

Eu vivia atenta aos ruídos dela, ouvindo seu suave esvoaçar de borboleta, seu rangido de animal da selva e sonhava com a voz dela como um lindo canto, mas não falava comigo.

Noites inteiras chorei a seus pés, apertada entre suas raízes, sentindo seus braços sobre mim, vendo-a erguida sobre mim, sabendo que pensava em mim, mas não falava comigo...

Aprendi a cantar como pássaro, a acender-me como vagalume, a relinchar feito cavalo. Às vezes me enfurecia e fazia com que caíssem todas as suas folhas, deixava-a nua e envergonhada diante dos guanacastes, esperando que talvez entendesse ter sido por mal, como alguns homens, mas nada.

Aprendi tantas coisas para poder lhe falar, despi-me de tantas outras necessidades que esqueci até como eu me chamava, esqueci de onde eu vinha, esqueci a que espécie animal eu pertencia e fiquei muda e sempre-viva, esperançosa, entre seus galhos”

(Gioconda Belli)

RESUMO

Neste estudo, objetiva-se discutir a relação entre maternidade e maternagem de mulheres na condição de infértil/estéril que buscaram se realizar como mães por meio do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), durante o ano de 2015 no município de Aracaju/SE. A motivação para a realização do estudo partiu de diferentes aspectos, mas, principalmente do contato da acadêmica com as referidas mulheres (postulantes à adoção) pelo estágio curricular não obrigatório realizado no Núcleo de Habilitação da Vara da Infância e da Juventude. A pesquisa se caracterizara pelo caráter exploratório-descritivo e de pela abordagem quali-quantitativa. Os resultados foram obtidos por meio do levantamento bibliográfico e documental, como também pela pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas guiadas por um roteiro semiestruturado com as referidas mulheres. A seleção, codificação, tabulação e interpretação dos dados coletados, ocorreram com base na perspectiva do materialismo histórico dialético. Concluiu-se que, apesar dos avanços na modernidade, ainda há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a condição do papel de mãe, associado à imprecisão das mulheres quanto à apropriação da significação social de maternagem e maternidade.

Palavras-chaves: Maternidade; Maternagem; Infertilidade; Esterilidade; Adoção.

ABSTRACT

In this study, the objective was to discuss the relationship between motherhood and maternity of fertile/infertile women who sought to become mothers through the National Adoption Registry (CNA), during the year 2015 in the city of Aracaju/SE. The motivation for the study came from different aspects, but mainly from the student's contact with the aforementioned women (postulants to adoption) through a non-compulsory curricular internship held at the Child and Youth Court Habilitation Nucleus. The research was characterized by the exploratory-descriptive character and by the qualitative-quantitative approach. The results were obtained through a bibliographical and documentary survey, as well as through field research, where interviews were conducted, guided by a semi-structured script, with the aforementioned women. The selection, codification, tabulation, and interpretation of the collected data would have occurred on the basis of dialectical historical materialism. It was concluded that, despite advances in modernity, there is still a socio-cultural pressure that imposes on women the role of mother, associated with the imprecision of women regarding the appropriation of the social significance of motherhood and maternity.

Keyword: Maternity; Maternity; Infertility; Sterility; Adoption.

Lista de Siglas

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organizações das Nações Unidas

TBN – Taxa Bruta de Natalidade

TR- Tecnologias de Reprodução

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Adoções em Aracaju em 2015

Gráfico 2 – CNA em Aracaju em 2015

Gráfico 3 – Idade da criança ou adolescente apto à adoção em relação à preferência do adotante.

Gráfico 4 – Taxa Bruta de Natalidade em Sergipe

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A MATERNIDADE, A MULHER E A HISTÓRIA	15
2.1 O protagonismo histórico feminino: breve retrospecto	15
2.2 Maternidade e Maternagem: os arquétipos da História	19
2.3 Infertilidade, Esterilidade e o Estigma Feminino	27
3. A FILIAÇÃO SOCIAFETIVA NO BRASIL	32
3.1 A legislação nacional da adoção	32
3.2 O Cadastro Nacional de Adoção (CNA)	34
4. AS ADOÇÕES EM ARACAJU/SE NO ANO DE 2015: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	37
4.1 Adoções e Variáveis	37
4.2 Próximos e Distintos: a construção de um perfil	43
5. INFERTILIDADE/ ESTERILIDADE E ADOÇÃO: O ESTIGMA GEMINADO.....	46
5.1 O perfil das entrevistadas	46
5.2 Infertilidade/Esterelidade.....	48
5.3 Casamento e Familiares	54
5.4 O processo de Adoção	61
5.5 Maternidade e Maternagem	65
6. Considerações Finais.....	73
Referências	76
Apêndices.....	83
Anexos.....	87

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho *Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE* demanda problematizar os conceitos de maternagem e maternidade como condicionantes históricas do ser feminino, considerando as adoções realizadas via Cadastro Nacional de Adoção (CNA) por mulheres na condição de infertilidade/esterilidade no município de Aracaju/SE ao ano de 2015.

A motivação central para a realização do estudo partiu, primeiramente, do contato com o ativismo feminista via leituras específicas e da participação em eventos regionais que contextualizam o cenário ocupado pela mulher na sociedade contemporânea. Neste sentido, a maternidade se caracteriza como temática que, ainda demarcada por estigmas sociais, frequentemente, torna-se pauta de conversas, informais ou acadêmicas. Apesar das lutas e levantes das bandeiras feministas para romper com o conservadorismo de séculos remotos, é perceptível que, atualmente, o ideal social feminino ainda se constitui em ser mãe no lar para um considerável quantitativo de mulheres (MOTTA, 2015).

Outra motivação para estudar este objeto se relaciona ao contato da acadêmica com as mulheres postulantes à adoção via estágio curricular não obrigatório realizado no Núcleo de Habilitação da Vara da Infância e da Juventude. Na aludida instituição, identificou-se que várias mulheres anseiam por maternar um filho mesmo na impossibilidade de gestá-lo. Contudo, há uma significativa parcela destas mulheres que referenciam a maternagem como um ciclo condicionante para sua feminilidade, demonstrando, ser uma prática que visa a atender prioritariamente a uma construção identitária.

Destaca-se que a falseada aplicação dos termos maternagem e maternidade tem contribuído para esta perspectiva, segundo a qual as mulheres permanecem, ao longo dos séculos, submissas ao papel de mãe. Enquanto a maternidade corresponde à capacidade feminina de reprodução biológica, a maternagem relaciona-se ao âmbito socioafetivo da criação dos filhos (SANTOS, 1998). Entretanto, por determinantes históricos, estes termos foram condicionados para atender interesses específicos do modo de produção vigente.

Observando estes contrapontos, buscou-se nesta pesquisa responder ao seguinte questionamento: As mulheres que se encontram na condição de infértil/estéril e que adotaram filhos via CNA no ano de 2015 em Aracaju/SE, priorizaram o exercício da maternagem?

Por fim, e não menos instigador, esta pesquisa se justifica pela sua originalidade e natureza inovadora, uma vez que a literatura produzida sobre o objeto, até então, é de caráter restrito. As divulgações de estudos que abordam a temática surpreendem quanto sua escassez. O quadro se torna mais recorrente quando analisado, em específico, o âmbito do Serviço Social,

uma vez que, as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas sobre este campo, se direcionam por filtros claramente limitados¹.

Diante desta inquietação frente à problemática apresentada, buscou-se neste trabalho atender ao objetivo geral: conhecer os fatores que levaram as mulheres (inférteis/estéreis) a buscar à adoção via CNA no ano de 2015 no município de Aracaju/SE. Para tanto, a pesquisa guia-se por objetivos específicos, a saber: estudar as interpretações teóricas a respeito de maternidade e maternagem; identificar as compreensões das mulheres que realizaram adoção via CNA no ano de 2015 no município de Aracaju/SE, sobre maternagem e maternidade; e construir o perfil sociocultural destas mulheres.

Decorrente da complexidade do objeto norteou-se o estudo a partir de alguns pressupostos. Julga-se que do ponto de vista histórico há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres assumir o papel de mãe, uma vez que o filho é concebido como um elemento fundamental na vida de uma mulher adulta para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento; bem como se levantou a hipótese de que as mulheres inférteis/estéreis do município de Aracaju/SE que buscaram à adoção via CNA no ano de 2015 atribuem os sentimentos maternos como sendo intrínsecos ao sexo feminino.

A pesquisa se caracterizou pelo caráter exploratório-descritivo e pela abordagem quali-quantitativa, a qual, de acordo Creswell (2007), implicou no uso de métodos mistos de pesquisa e articula dados qualitativos e quantitativos em um mesmo estudo.

Com vistas a estes aspectos e ao tempo estabelecido para efetivação da pesquisa, os sujeitos desta corresponderam às mulheres inférteis/estéreis que passaram a ser mães via adoção no ano de 2015 em Aracaju/SE. A seleção destas mulheres tem como critério de inclusão a realização da adoção via CNA no município e ano supracitado. A especificidade em comum destas mães, corresponde ao universo escolhido para efetivação da pesquisa.

O contato com estas mães, ocorreu, a priori, a partir do Núcleo de Habilitação locado na Vara da Infância e Juventude do município de Aracaju. Por ser esta instituição, na cidade, a responsável por todas as instâncias jurídicas da adoção, dispõe do controle de informações a respeito dos processos sentenciados, isto é, as adoções já deferidas, apresentando, inclusive, a

¹ A bibliografia produzida por profissionais e acadêmicos, que relacionam questões de gênero com a temática da adoção, em sua maioria, se resume a analisar a atuação dos assistentes sociais diante de seus pareceres, bem como levantar as discussões sobre adoções entre casais homoafetivos. É notório e considerável a relevância de se estudar, criteriosamente, estas temáticas. Contudo, chamo atenção quanto à necessidade, dentro da academia, de se revisarem as metodologias utilizadas sobre estes projetos, no intuito de não se restringirem à uma produção repetitória, uma vez que, um objeto significativamente amplo oportuniza diversas formas de exploração, tal como, a qual proponho.

relação de candidatos (homens, mulheres e casais) que manifestaram, em algum momento, interesse na participação de pesquisas sobre o tema, isto porque nas fichas cadastrais utilizadas para ingressar com processo de habilitação à adoção, há um campo específico a ser preenchido por estes postulantes referente ao desenvolvimento de pesquisas e suas respectivas participações. As fichas encontram-se arquivadas em meio eletrônico e físico, o que possibilitou a aproximação inicial com a amostra deste trabalho.

Saliento a importância e o respeito diante dos trâmites legais aos quais esta pesquisa foi submetida. Sabido que as informações a respeito das postulantes são resguardadas pelo sigilo jurídico, meu conhecimento sobre estas só ocorreu após à permissão (Anexo A) da Juíza da Infância do município referenciado no processo cível 201711600531. Não obstante, a pesquisa foi desenvolvida também com respeito aos aspectos éticos e legais exigidos quando há envolvimento de seres humanos no âmbito das ciências sociais e humanas. De acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a participação destas mães foi acordada a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)².

O instrumento definido para coleta de dados foi a entrevista, conduzida por um roteiro (Apêndice B) semiestruturado de perguntas, aplicadas às mulheres selecionadas. Destaca-se que a ordem do roteiro foi alternada ao melhor contexto das entrevistadas. Salienta-se também, a participação espontânea e colaborativa do cônjuge de uma destas mulheres. Mesmo sua participação não estando prescrita na metodologia deste trabalho, o aludido senhor, ao presenciar facultativamente a entrevista com sua esposa, sentiu-se à vontade para narrar fatos que, por sua vez, forneceram elementos condizentes com as propostas desta pesquisa, o que levou assim, a referencia-lo em alguns momentos deste trabalho, considerando a significância de seu relato em resposta aos objetivos aqui propostos.

As respostas fornecidas serviram para atender dois objetivos específicos da pesquisa, a saber: identificar as compreensões das mulheres que realizaram adoção via CNA no ano de 2015 no município de Aracaju/SE, sobre maternagem e maternidade; e construir o perfil sociocultural das mesmas.

A seleção, codificação, tabulação e interpretação dos dados coletados, ocorreu com base na perspectiva do materialismo histórico dialético, haja vista que:

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica [...]. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a

² Apêndice A

mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 70).

Destaca-se que para além das entrevistas, os resultados desta pesquisa foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, este referente ao acervo processual das adoções composto por relatórios psicossociais produzidos por assistentes sociais e psicólogos no processo de habilitação das adotantes, além dos processos de adoção na íntegra.

Para uma melhor compreensão quanto à estruturação do presente trabalho, impende comentar que será composta por 04 capítulos, divididos da maneira a ser exposta brevemente a seguir.

O primeiro capítulo versa sobre o protagonismo histórico feminino. Busca-se uma discussão teórica a respeito dos conceitos de maternidade e maternagem e como estes foram condicionados ao passar dos séculos à figura feminina. Ainda neste capítulo, tem-se o debate em torno da infertilidade e esterilidade feminina, buscando elucidar como estas condições influem diretamente em estigmas sociais sobre mulheres infecundas.

O segundo capítulo busca de forma sucinta abordar a filiação socioafetiva no Brasil, propondo-se a um levantamento histórico sobre a legislação que resguarda o processo de adoção em termos nacionais. Destaca-se ainda a criação do CNA como ferramenta de ampliação e acesso às informações de candidatos e crianças/adolescentes aptos para adoção.

O terceiro capítulo aproxima-se das adoções realizadas em Aracaju/SE ao ano de 2015 analisando-se as particularidades locais no perfil de crianças/adolescentes pretendidos, bem como uma análise comparativa em relação ao Brasil.

Por fim, o quarto capítulo aponta os resultados obtidos na pesquisa de campo com as mulheres na condição de infértil/estéril que realizaram adoções via CNA ao ano de 2015 em Aracaju/SE. Propõe-se, neste sentido, dialogar com o leitor mediante quatro eixos, além de apresentar o perfil das entrevistadas.

Ressalta-se que as considerações pessoais da autora serão arrematadas nas considerações finais deste trabalho, com a exposição das suas inferências particulares acerca da temática proposta. Em tempo, salienta-se que, com o presente estudo, não há pretensão de esgotamento do tema, uma vez que: “[...] em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.” (GOMES, 1994, p. 78-79).

2 A MATERNIDADE, A MULHER E A HISTÓRIA

As determinações originárias ao final do século XVIII sobre o comportamento feminino, ainda delineiam os arranjos das famílias contemporâneas. A despeito dos inúmeros avanços em diversos campos da sociedade, a histórica condição de subalternidade da mulher persiste na sociedade contemporânea, ou seja, a herança patriarcal ainda determina costumes e comportamentos julgados como adequados e normais ao feminino. De acordo com Badinter (2011), a classificação desta categoria como indivíduos naturalmente maternais, por exemplo, é uma dentre as várias condutas atribuídas à condição de mulher que recrimina seu direito de escolha e a condiciona aos estereótipos infundados.

Esta injunção frente ao sexo feminino, de certa forma, se deve à apropriação equivocada dos termos maternidade e maternagem, haja vista que a primeira corresponde a fatores biológicos e a segunda ao âmbito socioafetivo.

Assim, a reprodução e exercício da maternagem passaram a denotar, ao longo dos séculos, uma condicionalidade feminina para aceitação e adequação social. As mulheres que por opção ou por determinantes biológicos não a exercem, estão sujeitas a vivenciar um processo de estigmatização (STRAUBE, 2007).

Nesta perspectiva, o presente capítulo abordará sumariamente os rumos da história feminina datada a partir do século XVIII com ênfase nos conceitos de maternagem e maternidade. Objetiva-se, neste sentido, evidenciar como estas duas funções foram historicamente desenvolvidas e valoradas, bem como salientar a inserção da mulher na condição de infértil/estéril neste cenário de enaltecimento materno.

2.1 O protagonismo histórico feminino: breve retrospecto

Abordar a temática proposta para esta pesquisa, exige, primeiramente um breve histórico sobre o papel desempenhado pelas mulheres no contexto de várias sociedades. Destaco, inicialmente, que o cronograma deste estudo, o qual se limita a dois períodos letivos da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (fevereiro a outubro de 2017), não abre espaço para um aprofundamento a respeito da mulher como sujeito histórico. De fato, seria fecunda uma análise literária sobre os espaços sócio-ocupacionais femininos desde a pré-história na sociedade comunal primitiva até os últimos anos do século XXI. Entretanto, o curto espaço de tempo para desenvolvimento da pesquisa, exige seu recorte diante da história da humanidade.

Desta forma, a análise teórica sobre a significação do papel feminino parte do final da Idade Média até as últimas décadas da Idade Contemporânea, utilizando-se como marco divisório central, a emergência das sociedades capitalistas ao fim do século XVIII. A escolha da referência se deve ao fato de que:

Com a expansão capitalista e a consequente supervalorização das atividades produtivas, bem como a valorização da pessoa pela sua capacidade de produção e o direcionamento do indivíduo a viver em função de garantir suas necessidades de sobrevivência e de sua família, são introduzidas alterações significativas nas relações sociais que se refletem nas relações familiares e consequentemente nos papéis de homens e mulheres. (MOREIRA, 2005, p. 34).

Entretanto, as sociedades pré-capitalistas denotavam elementos significativamente distintos. Característico por apresentar mobilidade social restrita, o modelo socioeconômico feudal precedera o sistema capitalista e persistira durante a maior parte da Idade Média. O feudalismo pode ser compreendido pelo presente segmento religioso da época. O clero, principal classe letrada do período, tinha notável importância no interior dos feudos, de forma que, a Igreja exercia influência sobre os costumes e sobre as formas de agir do mundo medieval. Não casualmente, o conservadorismo cristão era reproduzido nas relações sociais.

Ao destacar estes aspectos para contextualizar a figura feminina na referida época, é fundamental a compreensão sobre a criação judaica, segundo Filo de Alexandria, em torno de Eva, a primeira mulher segundo a ideologia cristã. Na Espanha, anterior ao século XIII, Eva era remetida a um:

Ser pecador, incapaz de resistir à tentação, pelo que é necessário submetê-la à tutela masculina. Ao ser a primeira mulher, Eva passa a projetar sua carga de pecadora sobre a existência feminina. E embora ela tenha sido criada a partir do homem - e por isto seja parte integral da essência humana - ela representa a parte vulnerável deste. Ela é a responsável pela perda do Paraíso. (NASCIMENTO, 1997, p. 85-86).

Estas ideias foram amplamente difundidas dentro da sociedade medieval, principalmente porque eram os homens da classe clerical, influenciadores da época, que se encarregavam de disseminá-las (NASCIMENTO, 1997). O fato, é que estes discursos buscavam justificar o repúdio à figura feminina e passaram a ser baseados não exclusivamente nos legados de teólogos e filósofos, mas também a partir das crenças que o baixo clero passou a alimentar. “Neste sentido, por exemplo, é bastante emblemático o significado de corrupção moral que adquiriu a menstruação. Acreditava-se que o sangue menstrual impedia a germinação

das plantas, matava a vegetação, oxidava o ferro e transmitia raiva aos cachorros.” (NASCIMENTO, 1997, p. 86).

O resultado desta propagação de repúdio ao sexo feminino incidiu sobre a não autorização para participação ativa das mulheres nas missas, a proibição de tocar os ornamentos sagrados e, finalmente, suas exclusões de funções sacerdotais.

O que chama atenção na experiência espanhola, é como a figura feminina foi utilizada como sinônimo de repúdio e abominação, desde a “criação do mundo”. Eva, neste caso, fora somente um ser mítico referenciado para representar o papel subalterno da mulher em meio a um extenso e recriminador período da sociedade medieval.

A sociedade feudal foi, sem dúvida, patriarcal e, para muitos autores, estaríamos falando de uma época histórica na qual as mulheres estavam obrigadas a circular exclusivamente na esfera privada. E, ainda assim, estaríamos falando de uma circulação somente permitida dentro dos limites da casa paterna, da casa marital ou do convento. (NASCIMENTO, 1997, p. 85).

Ao século subsequente, estendeu-se por toda a Europa um fenômeno de repressão sistemática do ser feminino: a “caça às bruxas”. Do final do século XIV até meados do século XVIII, fim da Idade Moderna, estima-se que 85% das pessoas executadas por bruxarias, eram mulheres³. (MURARO, 2002, apud MOREIRA, 2005).

Estas ditas bruxas caracterizavam-se por apresentar saberes próprios. Eram parteiras e curandeiras cultivadoras de ervas ancestrais voltadas à saúde. Detentoras de conhecimento, representavam, na verdade, sérias ameaças ao poder político e ao poder médico que se desenvolvia nas universidades, uma vez que, “[...]se juntavam em amplas confrarias, trocando entre si os segredos de cura sobre doenças do corpo e da alma. Em última análise, essas mulheres providas de liderança e conhecimentos práticos, representavam um perigo para manutenção da ordem.” (JORGE FILHO, 2007, s/p).

Desta forma, a matança feminina não pode ser vista como mera repreensão às suas crenças. O levantamento realizado por Marilyn French, ativista do movimento feminista norte-americano, evidenciara, por exemplo, o verdadeiro genocídio contra estas mulheres:

O epicentro das execuções das bruxas foi o Santo Império [...]. O Sudeste da Alemanha e a Baviera foram responsáveis por mais de 3.500 execuções cada. Na Polônia, a segunda área mais afligida por esse flagelo, grande número de ‘feiticeiras’

³ Vale destacar que, durante este período o mundo ocidental vivenciara a Idade Moderna e o Renascimento, transitando, desta forma, dos valores e das tradições medievais para um mundo *novo*. Ou seja, mesmo diante de novas roupagens, a sociedade conservara à abominação e repulsa do sexo feminino.

foram queimadas, entre 1675 e 1720, mesmo depois que a caça às bruxas havia terminado no resto da Europa. Em algumas cidades alemãs, 600 bruxas eram executadas em apenas um ano; na Itália 1000; em Toulouse (França), 400 foram queimadas em um único dia. Na diocese de Trier, 1585, duas aldeias foram deixadas apenas com uma moradora mulher cada uma. Mesmo crianças eram acusadas e queimadas na fogueira. Em Londres, um escocês confessa que ele sozinho havia sido responsável pela morte de 229 mulheres [...] A estimativa do número de pessoas mortas na fogueira vai de pouco mais de cem mil a nove milhões. (FRENCH 1985 apud MOREIRA, 2005, p. 25).

Os dados apontados por French, evidenciam que a suposta intolerância religiosa da época, na verdade, foi complacente a verdadeiros espetáculos de misoginia. À vista do exposto, caminha-se, então, para o final do século XVIII, rumo à Revolução Francesa, aos primórdios do capitalismo, à ascensão burguesa, enfim, a referência proposta para seguimento deste estudo.

A rápida passagem da Idade Moderna para Idade Contemporânea, desencadeou uma série de acontecimentos emblemáticos na história da humanidade. A emergência do modo de produção capitalista, originou a nova *bússola mundial*, na medida em que o sistema acumulador de capital passou a coordenar todas as relações econômicas, políticas e socioculturais entre os indivíduos. É válido frisar que:

O modo de produção capitalista resulta simultaneamente da incorporação-superação dos modos de produção que historicamente o antecederam, trazendo em seu bojo as determinações e contradições destes. Assim, o patriarcado, historicamente anterior ao advento do capitalismo, mas presente e atuante nas épocas progressivas de formação social econômica burguesa é consubstancial ao modo de produção capitalista que acirra as contradições atuantes em qualquer sociedade, centrada na propriedade privada dos meios de produção. (MOREIRA, 2005, p. 35).

Desta forma, não há estranheza quanto ao fato de que, mesmo estando diante de uma inédita forma de reprodução social, a sociedade ocidental persistiu nas posturas moralizantes e conservadoras diante da figura feminina. O que passou por significativas alterações, foi, efetivamente, a motivação para as definições do papel feminino e masculino, uma vez que, “passa a ter maior peso aquele que mais contribui economicamente na renda familiar. Prevalece, desta forma, figura masculina, pelo maior acesso ao mercado e trabalho e pela maior valorização do seu salário.” (MOREIRA, 2005, p. 34).

Entretanto, é neste mesmo cenário de consideráveis mudanças socioculturais, que se começa a germinar a organização das mulheres em prol da reivindicação de direitos.

Na França, em 1791, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher, paralelamente à Declaração dos Direitos do Homem, onde pede que sejam abolidos todos os privilégios masculinos. Por suas ideias avançadas, foi guilhotinada em 1793. Na Grã-Bretanha, em 1792, Mary Wollstonecraft escreve A reivindicação

dos Direitos da Mulher, expondo e apresentando o início de uma tomada de consciência em relação à luta pelos direitos da mulher. (MOREIRA, 2005, p. 29).

O caso de Gouges foi somente um entre os vários mecanismos criados para refrear o movimento feminista, o qual só conseguiu ganhar magnitude, de fato, na passagem do século XIX para o século XX.

Ao século concomitante a Gouges, Wollstonecraft e a outros tantos nomes da história feminina, que a maternidade começou a ganhar visibilidade social. A passagem do século XVII para o século XVIII foi marcada por acontecimentos épicos, os quais redefiniram os rumos da história da humanidade. Não casualmente, a maternidade passa, a partir desta época, a ser motivo de análise nos mais diversos níveis do conhecimento. É exatamente em seus valores e atribuições que se baseia o tópico a seguir, buscando, em todo momento, enfatizar como as relações maternas se mostram dinâmicas ao longo da história.

2.2 Maternidade e Maternagem

Como evidenciado anteriormente, as transformações econômicas e culturais ocorridas ao longo dos séculos influíram diretamente sobre a moral e sobre os costumes das sociedades, com destaque para a construção da figura feminina. Nota-se como a dinâmica social se mostrou determinante no comportamento feminino e como as concepções sobre este têm se reafirmado ao decorrer da história.

As atribuições de práticas tidas como inerentes à natureza da mulher e alimentadas por rotinas conservadoras perpassam na atualidade por debates necessários. A esse respeito, Cordeiro (2012, p. 217) destaca que a sua condição “[...] dentro do sistema patriarcal foi denunciada não só pela crítica feminista, mas também pela antropologia, sociologia e história, ao despertarem um olhar para a causa da mulher”.

Nessa direção, as reflexões sobre maternidade ganharam notoriedade, uma vez que, “[...] costuma-se pensar e afirmar, com muita naturalidade, que o amor materno é um sentimento inato à natureza feminina [...], independentemente das condições objetivas/subjetivas vivenciadas” (SANTOS, 1998, p. 100). Esta percepção está diretamente relacionada à apropriação equivocada dos termos maternidade e maternagem. Segundo Moura e Araújo (2004), a discussão sobre o papel da mulher na função biológica da maternidade deverá ocorrer distinta dos cuidados maternos ou das práticas de maternagem.

O exercício de igualar estas duas categorias acarreta na naturalização da construção de papéis sociais, isto é, o uso inapropriado dos termos contribui para que uma relação socialmente construída seja vista segundo uma ordem biológica, inerente a natureza feminina, quando, por sua vez, “[...] a maternidade diz respeito à procriação e a maternagem se inscreve no âmbito socioafetivo da criação dos filhos. Portanto, a primeira é da esfera do biológico e a segunda, do social.” (SANTOS, 1998, p. 103).

Entretanto, este equívoco não acontece por acaso, mas conforme Badinter (1985) resulta de uma prática relativamente nova na civilização ocidental e expressivamente ativa nos dias atuais: a exaltação do amor materno. Esta prática nutrida por valores sociais e aliada à generalização do senso comum repercute sobre o discurso naturalizado a respeito da maternidade e maternagem, não se atentando ao fato de que uma, não necessariamente, está condicionada à outra, assevera Santos (1998).

Com efeito, tem-se a compreensão de que a valoração e a vivência da maternidade e maternagem são determinados de acordo com a inserção das mulheres em culturas e épocas específicas, e não a partir da reprodução biológica sob determinadas condições, a natureza feminina. Por isso, salienta-se que:

[...] historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam, são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

A título de análise, tomemos como exemplo o caso da sociedade francesa na Idade Moderna até o desencadear do modo de produção capitalista ao final do século XVIII, como já salientado anteriormente, a emersão desta inédita forma de produzir e acumular, influenciara diretamente nos costumes e no agir social dos indivíduos. As relações familiares no contexto da vigente ordem, tornaram-se protagonistas da intervenção.

Gradvhol, Osis e Makuch (2014) ressaltam que, anterior à era moderna, a constituição familiar europeia partia unicamente de interesses econômicos. Os casamentos eram arranjos com vistas à manutenção dos bens familiares excluindo-se qualquer tipo de relação afetiva entre cônjuges e venturos filhos.

Neste quadro, mulheres e crianças figuravam igualmente como pessoas sem relevância, sempre subordinadas ao marido/pai. Logo, não havia qualquer espécie de valor supremo atribuído à maternidade, tampouco aos bebês. Não casualmente, as crianças permaneciam vinculadas às suas famílias por tempo limitado. A maioria destas eram “abandonadas à própria

sorte como forma de limitar o número de filhos” (BONNET, 1990 apud GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014, p. 56), ou preservadas junto aos pais no máximo até seus 10 anos, quando eram entregues a outras famílias para receberem instrução na condição de aprendizes, conforme salienta Ariés (1981 apud MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45). Nesta época,

A aprendizagem não se exercia na condição formal da escola, mas confundia-se como o exercício das tarefas domésticas cotidianas, sendo o convívio constante com adultos parte desse processo. [...] a criança passava à condição semelhante à do adulto, misturando-se a eles em todas as atividades sociais. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

Ao final do século XVI até meados do século XVIII outro fenômeno da relação mãe-criança se destacara na sociedade francesa: a prática de entregar os filhos a amas-de-leite (BADINTER, 1985). Apesar de ser uma tradição antiga no território francês, é somente nesta época que a atividade se generaliza, chegando a ocorrer escassez de amas.

O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio [...]. O hábito de contratar amas-de-leite é muito antigo, já que a abertura da primeira agência de amas em Paris, data do século XIII [...]. Mas é no século XVIII que o envio das crianças a casa de amas se estende por todas as camadas da sociedade urbana. Dos mais pobres aos mais ricos, nas pequenas ou grandes cidades, a entrega dos filhos aos exclusivos cuidados de uma ama é um fenômeno generalizado. (BADINTER, 1985, p. 66-67).

Este fenômeno desencadeou elevadas taxas de mortalidade infantil na França. Em seus estudos mais recentes, Badinter (2011) evidencia que o número de mortes, em casa de amas, correspondera a 25% dos nascidos vivos, dos quais 80% eram oriundos da capital, Paris.

Entretanto, a mesma autora chama atenção a um fato específico: apesar de ser uma prática comum em toda comunidade francesa, a entrega das proles às amas-de-leite perpassara motivos distintos, variáveis de acordo com a ocupação e classe social da genitora.

Nas classes menos favorecidas socialmente, estavam as mulheres de operários e artesãos, vultosas fornecedoras de crianças para as amas-de-leite. Eram mulheres que não dispunham de alternativas para cuidar dos filhos, uma vez que, trabalhavam junto aos seus companheiros para que, desta forma, o ofício se tornasse um mais rentável ou tornavam-se as próprias amas das aristocratas. O filho destas trabalhadoras era, necessariamente, excluído da família.

É preciso, porém, insistir no fato de que esses diferentes tipos de infanticídio foram característicos das mulheres mais pobres da sociedade. Nunca se poderá exagerar a

importância do fator econômico nessas práticas assassinas. E ninguém teria a imprudência de afirmar que todas as mulheres que abandonavam, de um modo ou de outro, o filho, o faziam por falta de amor. Elas estavam reduzidas a uma tal penúria física e moral que é justo indagar se teria havido lugar para um outro sacrifício vital; como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação catastrófica? Basta pensarmos nessas mulheres do campo que, mal acabavam de parir, abandonavam o seu bebê para amamentar uma criança da cidade, recebendo sete libras por mês. Ou encontravam mulheres ainda mais miseráveis que aceitavam amamentar a criança por apenas cinco libras; tudo isso para obter um lucro de duas libras. Num ou noutro caso, a criança tinha grande probabilidade de morrer. (BADINTER, 1985, p. 75).

Em contrapartida, nas camadas mais nobres da sociedade, encontravam-se as mulheres que, economicamente, podiam agir de outra maneira. Contudo, o encaminhamento dado às suas proles, não diferia. A entrega dos filhos às amas-de-leite também era partilhada pelas mães da alta sociedade francesa, porém sob uma lógica distinta. No caso destas mulheres, os valores tradicionais da época, era o determinante para negar a lactação. Assim:

[...] como a sociedade valoriza o homem, e, portanto, o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre o bebê. A opção dessas mulheres [...] era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também seu centro: tudo deve girar em torno dele. (Ibid., p. 77).

Se contemplamos atualmente a magnitude diante da exaltação do amor materno bem como sua naturalização, como explicar este segmento de mulheres que, mesmo dispondo de condições economicamente favoráveis à criação de seus filhos, os negaram ao longo da história? Este é o mesmo questionamento realizado por Elizabeth Badinter em um tom ainda mais provocativo:

Já falamos da importância do fator econômico para o comportamento das mães [...]. Mas o que dizer dessas mulheres das classes abastadas, já que seus maridos não precisavam do trabalho delas? Que pensar dessas mulheres que tinham todos os meios para criar os filhos junto de si e amá-los, e que durante séculos não o fizeram? *Parece que elas julgaram essa ocupação indigna de si, e preferiram livrar-se desse fardo.* E fizeram, aliás, sem provocar menor escândalo. (BADINTER, 1985, p. 85, grifo próprio).

Diversos estudiosos, a exemplo de François Lebrun (1975) e Philippe Ariés (1978), se propuseram a analisar a indiferença materna na época ao sinalizar alguns aspectos, dentre eles, o argumento estético, segundo o qual, a mulher ao amamentar perderia a beleza e deformaria o seio. Nesse caso, o não aleitamento era uma marca de distinção das damas da nobreza.

Os maridos, por sua vez, também contribuíam para a recusa das esposas em amamentar, isto porque, alguns se queixavam que a amamentação era um atentado à sua sexualidade e uma

restrição ao seu prazer; outros, manifestavam nítida aversão às lactantes pelo forte cheiro de leite que ressumaria intensamente. No entanto, ainda que o pai não desprezasse o aleitamento, a atividade constantemente lhe perturbava, uma vez que:

Os médicos e os moralistas da época estavam sempre de acordo em proibir as relações sexuais, não só durante a gravidez como durante toda a duração do aleitamento. O esperma, diziam, estraga o leite e o faz azedar. Portanto, põe a vida da criança em perigo. Como a medicina continua, no século XVIII, a difundir essa ideia falsa, o pai se vê reduzido a um longo período de continência sem prazer. (BADINTER, 1985, p. 98).

Outra justificativa utilizada pelas puérperas para entregar os filhos às amas de leite se refere às expectativas de vida em torno dos bebês. Para estas mulheres, não seria interessante nem benéfico apegar-se a um ser com tantas possibilidades de óbito no período inferior a um ano. Contudo, os altos índices de mortalidade infantil aliados às condições paupérrimas das amas-de-leite, indicara exatamente ao contrário: “[...] não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.” (Ibid., p. 87).

Destaca-se que a indiferença materna na sociedade francesa, ao decorrer da Idade Moderna, não era restrita apenas às questões do aleitamento. Fatores como sexo e primogenitura, também eram relevantes para a maternagem da época. As filhas eram vistas por seus pais como verdadeiros fardos, isto porque, demandavam dotes ou, na impossibilidade destes, custavam-lhe despesas com conventos, salvo os casos em que eram encaminhadas para laborar como domésticas na casa de estranhos. Os filhos primogênitos, por sua vez, gozavam, em todas as camadas da sociedade, de um tratamento familiar nitidamente privilegiado chegando a herdar lotes de terra e bens familiares. Nesta perspectiva, surge a seguinte indagação: “[...] nesse sentimento tão seletivo, onde fica o *amor materno*, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos? A preferência pelo primogênito não é inocente, e, provavelmente, não é natural.” (Ibid., p. 92, grifo próprio).

Um exemplo elucidativo sobre a importância da primogenitura é o de Charles Maurice Talleyrand⁴. É sabido que Talleyrand teve um irmão mais velho e dois outros mais novos. Ao mesmo dia de seu batismo, fora entregue a uma ama-de-leite que o levou imediatamente para sua casa. Sua mãe não mais o revira e tampouco buscara notícias suas ao ignorar o acidente que provocou uma deformação no seu pé. A Madame de Talleyrand só soubera do ocorrido após a morte de seu primogênito, que, desta forma, transformara Charles Maurice no filho, em vida,

⁴ Ver *Memoirs of the Prince de Talleyrand*, de 1891.

mais velho. Contudo, sua deformação física não mais lhe permitiria ser militar nem representar gloriosamente o nome da família. Assim, contra a sua vontade, decidiram lhe fazer eclesiástico e o forçaram a renunciar seu direito de primogenitura em favor dos irmãos mais novos.

O caso de Talleyrand nos proporciona significativas reflexões, na medida em que se observa uma lição prática extraída pela matriarca da família: interessada em conservar uma descendência para a família, a Madame de Taylleyrand conservou junto de si apenas o novo herdeiro e o caçula. Outrossim,

A história de Talleyrand é particularmente odiosa talvez por causa do aleijão que dela resultou, e que nos comove porque o podemos imaginar. Mas seu caso não foi excepcional, e veremos que serão numerosas as crianças que voltarão estropiadas, enfermas ou agonizantes das casas das amas. Sem falar de todas as que não voltaram, mas que, apesar de seu número considerável, estão imersas para nós numa massa abstrata de números. Invocar no seu caso as necessidades econômicas e demográficas não nos basta. Para muitas delas, os pais tiveram escolhas a fazer entre seus interesses pessoais e a vida do filho. E muitas vezes foi a morte que escolheram, por negligência e egoísmo. *Não nos devemos esquecer de que essas mães devem também ser levadas em conta na história da maternidade.* Talvez não sejam suas representantes mais gloriosas, mas tiveram o mérito de desvendar-lhe uma imagem cruel. Não é, por certo, a única imagem da maternidade, mas é uma imagem que conta tanto quanto as demais. (BADINTER, 1985, p. 98 grifo próprio)⁵.

Não distante destes exemplos, tem-se ainda a apatia materna quanto ao óbito dos filhos, uma vez que, “prova maior de indiferença do que a ausência dos pais no enterro do filho, não há! Em certas paróquias, como em Anjou, nenhum dos pais se dava ao trabalho de comparecer ao enterro de um filho de menos de cinco anos.” (BADINTER, 1985, p. 89).

Como visto, a discussão evidenciou uma face da maternidade escassamente contemplada nos discursos contemporâneos. É como se, na verdade, estas características, também relacionadas a sua história, fossem esquecidas, ou, minimamente ignoradas, uma vez que, contradizem o discurso do sentimento materno como algo inato à figura feminina.

A exaltação do amor materno é um fenômeno relativamente novo na sociedade ocidental. Sua origem está intimamente ligada a gênese do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica parte da divisão entre esferas públicas e privadas, cabendo ao Estado administrar as relações de produção, e à família as condições de sobrevivência (SCAVONE, 2001).

⁵ Destaco uma eventual percepção do leitor em relação às constantes citações desta autora. Contudo, evidencio que, durante o levantamento bibliográfico, Elizabeth Badinter foi vista como pioneira na análise do *amor materno*. Não casualmente, as demais obras utilizadas para estudo deste objeto buscaram referências na mesma autora. Analisar com criticidade as contradições do amor materno é um fenômeno, bibliografia encontrada, em sua maioria, refere-se a obras publicadas no exterior, não dispondo de edições traduzidas. No contexto nacional, tem-se uma escassez do assunto na literatura.

Diante deste sistema, as relações maritais alteram-se, uma vez que o antigo casamento por contrato não era conveniente aos novos ideais libertários e igualitários propostos pela era liberal do capitalismo. A felicidade conjugal ganhou importância para a família e, “[...] ainda que a distinção entre homem e mulher permanecesse, a consciência social modificou-se em relação ao sentido da família e da infância, alterando profundamente as relações marido-esposa e pais-filhos.” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 46).

Deste modo, a criança que, até então era criada em comunidade, passa a ser responsabilidade dos pais, e ao homem cabe promover o sustento da casa, e a mulher os cuidados da família. Nesse período, tem início uma alteração na imagem da mulher como mãe. A maternagem passa a ser valorizada e os cuidados relativos a essa atividade passam a ser exclusivos da mãe. Compete a esta, cuidar e amamentar seus filhos (CORREIA, 1998).

O desenvolvimento da nova função resulta na rápida associação entre mulheres, maternidade e maternagem. Concomitantemente, em torno de 1760, articulando-se aos interesses econômicos do Estado, tem-se início publicações de médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia que nutriam o discurso dos cuidados maternos como obrigação feminina, ou seja, na medida em que as responsabilidades aumentavam sob as mulheres, cresceu também o devotamento e o sacrifício feminino em prol dos filhos e da família. Desta forma, *boas mães* seriam aquelas que nutrissem um amor incondicional pelos filhos (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014), o entendimento de que se somente as mulheres poderiam gestar, por conseguinte, eram as pessoas mais apropriadas para criar os bebês.

A criança, a partir de então, vivenciara o processo de valoração, merecendo, portanto, todo cuidado e atenção da genitora. Além desta, o Estado também passara a ter interesse na educação dos futuros cidadãos, uma vez que, a moralidade da família se constituía como essencial à consolidação do sistema capitalista (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014.).

A valoração da maternidade se estende por toda a Europa. Salienta-se o cenário conjuntural deste território na época, visto que, após a Primeira Guerra Mundial o continente europeu fora expressivamente despovoado. Assim, o interesse pela maternidade passa a responder também às questões pró-natalidade do estado capitalista, haja vista que, para este sistema, o aumento populacional poderia favorecer o enriquecimento da nação. Logo, respondendo aos propósitos do Estado capitalista, a ideologia *maternalista* na Europa, além de incentivar o aumento das taxas de fecundidade, “transformou a maternidade em um dever patriótico. Às mães caberia o futuro da nação. Seriam elas as responsáveis pelos filhos saudáveis que se tornariam cidadãos úteis à pátria” (Ibid., p. 58). Percebe-se, no entanto, que,

Historicamente, a maternidade foi construída como o ideal máximo da mulher, representando um caminho para alcançar a plenitude e a realização da feminilidade, atrelado a um sentido de abnegação e sacrifícios prazerosos. Nas últimas décadas do século XVIII, e principalmente no século XIX, as mulheres assumiram o papel da boa mãe, com dedicação integral aos filhos e responsabilidade pelo espaço privado da família. (LEITE; FROTA, 2014, p. 153).

Ante os fatos apontados, observa-se que a mudança das atitudes femininas frente ao amor materno em defesa da criança, parte, basicamente, de dois diferentes discursos. O primeiro se relaciona ao discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, os quais apontavam a importância do número populacional para o país e os deixavam em alerta quanto aos eventuais prejuízos decorrentes de um declínio da população em toda Europa. O segundo contempla a filosofia do liberalismo, a qual dissemina ideais libertários, igualitários junto à felicidade individual, deveriam ser norteadores para o comportamento humano (MOURA; ARAÚJO, 2004).

Destarte a história da maternidade na França e suas repercussões pelo território europeu, constata-se como o nobre instinto materno é variante, mutável e dependente do contexto no qual está inserido. Desta forma, conclui-se que: “[...] determinados ‘mitos’, como o do amor materno, surgiram para atender a interesses econômicos e sociais de uma determinada época e foram influenciados pelas políticas de gênero vigentes”. (MOTTA, 2015, p. 77).

Do ponto de vista histórico, evidencia-se a persistência de uma pressão sociocultural para que as mulheres, ao longo da vida, tornassem-se mães. Aquelas que não apresentavam aspiração para maternar, viam-se diante de uma inadequação social; do mesmo modo em que, entre o final do século XVIII até meados do século XX, muitas se culpavam por não terem condições de dedicarem-se única e exclusivamente à maternagem devido à chamada jornada dupla de trabalho (no lar e fora do lar) (CORREIA, 1998).

À vista disso, tem-se ainda na atualidade, a reprodução desses discursos. O empoderamento feminino, a inclusão das mulheres em novos espaços sócio-ocupacionais, o direito ao voto e a contracepção, entre tantos outros avanços na história feminina, não foram suficientes para romper ou, minimamente, desconstruir as concepções equivocadas sobre maternidade e maternagem. Neste sentido, podemos dizer que “a mulher tem sido discriminada durante o longo processo de desenvolvimento da humanidade, através da construção e consolidação de medidas e ações explícitas e implícitas, que objetivaram a sua submissão” (MOREIRA, 2005 p. 38-39), uma vez que, a exaltação do amor materno tal como se percebe na contemporaneidade, apresenta resquícios expressivos de uma conservadora tradição repressiva sobre a mulher. Conclui-se que,

Para um grande número de mulheres, ainda hoje, o ideal social consiste em ser mãe no lar. Assistimos, pois, à vigência atual do código moral de Rousseau, apesar do feminismo e dos progressos nas ciências sociais e humanas e das mudanças e costumes impostos por nossas sociedades industriais. (MOTTA, 2015, p. 81).

2.3 Infertilidade, Esterilidade e o Estigma Feminino

O dilema vivido por casais que se deparam com a infecundidade tem suscitado debates relevantes para a sociedade em razão de sua compreensão por fatores que, nos últimos anos, ultrapassaram a visão biológica e adentram a esfera social. Apesar de ser um fenômeno que perdura desde os primórdios da humanidade, somente nos últimos dois séculos as complicações para reprodução ganharam visibilidade em virtude do avanço das tecnologias de concepção. Desta forma, este tópico versa sobre a infertilidade e esterilidade, em particular a feminina, e suas consequências em torno do ser feminino.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esterilidade e infertilidade tem significações distintas. A primeira corresponde à nula capacidade de gerar filhos, a segunda refere-se à diminuição desta capacidade, ou seja, para a OMS, conceitua-se infértil o casal que após um ano de tentativas sem a utilização de qualquer tipo de método contraceptivo, não consiga engravidar (RIEDI; SARTORI, 2013). No entanto, para Straube (2007), tanto a infertilidade como a esterilidade, historicamente caracterizam-se como motivos de dissabores para homens e, principalmente, mulheres.

A princípio, a ordem de crescer e multiplicar-se expressa na criação humana, segundo a teoria cristã identificada no livro de Gênesis (A BÍBLIA, 2000), transformara a reprodução em algo intrínseco aos sujeitos, prevalecendo sobre estes uma cobrança sociocultural pela procriação.

Ao determinar a missão de encher a Terra, Deus a abençoou, incluindo o potencial necessário para que o homem pudesse concretizar a vontade divina. Em todos os tempos e em todos os povos, a capacidade de perpetuar a espécie, transcende o mero desejo e se torna, além de uma essência para a realização do ser humano, um símbolo da benção divina e da continuidade da sua história. A exigência da reprodução vem, portanto, centralizando o cotidiano existencial humano, pautando a sobrevivência e a continuidade da família e da espécie. (STRAUBE, 2007, p. 59).

Neste sentido, a reprodução denota uma condicionalidade para adequação do homem ou mulher no meio ao qual o pertence. Leite e Frota (2014) apontam que o filho biológico é socialmente representado como uma extensão de seus pais, e garante a estes a manutenção das

gerações familiares. Assim, “é comum que o ser humano busque no filho biológico uma possibilidade de transcendência, uma vez que ele é percebido como uma maneira de perpetuação da própria existência”. (Ibid., p, 152).

É neste contexto que emergem, por exemplo, as chamadas Tecnologias de Reprodução (TR) com vistas a proporcionar a fecundidade desses indivíduos. Miranda e Moreira (2006) atribuem na pós-modernidade uma lógica narcísica para este fenômeno. Para estas autoras, a crescente busca por técnicas de fertilizações assistidas entre casais inférteis ou estéreis, relaciona-se a uma realização pessoal desses indivíduos em vislumbrar sua herança genética em outro ser, mesmo considerando as subjetividades que o processo engloba. Dessa forma,

Não se pode negar que um casal que busca o saber da técnica para realizar seu sonho de maternidade e paternidade está na busca pela realização concreta de uma família. Todavia, acredita-se que o discurso latente esconde um desejo de realização pessoal embebido em puro narcisismo, baseado no prazer único de gerar um filho do próprio ventre, que porte a herança genética de cada genitor. Assim, a ideia de supremacia do desejo narcísico sobre os projetos tradicionais e coletivos na pós-modernidade alimenta a ideia de que a busca pela fertilização tem como forte influência o desejo de realização narcísica. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 190).

No manuscrito *Capital y Tecnologia* de 1861-1863, Marx (1980) relacionara o avanço tecnológico com o modo de produção capitalista, ao assinalar as formas de apropriação que este desenvolve. Para o citado autor, a ciência é subvertida à lógica do sistema com vistas à maximização do lucro, o que resulta nos altos investimentos do capital para com o desenvolvimento científico, uma vez que este será utilizado em seu benefício

Nesta lógica, chama-se atenção para a apropriação capitalista sobre as demandas manifestas pela humanidade que, por sua vez, são construídas de acordo com a lógica do referenciado sistema. Nessa direção, Miranda e Moreira (2006) apontam que as apropriações capitalistas sobre as tecnologias voltadas ao tratamento da infecundidade podem se constituir como um negócio consideravelmente rentável, uma vez que as clínicas de reprodução assistida apresentam complexas intervenções que requerem um alto investimento por parte dos inférteis/estéreis. Nesta perspectiva,

A lógica capitalista pós-moderna apropria-se da infertilidade, oferecendo ao consumo uma técnica onerosa. Algumas pacientes queixam-se, por exemplo, de sentir-se em um meio elitizado e de que sua infertilidade é tratada dentro da lógica do mercado de consumo, regido pelas leis da economia. A sedução do consumo vai ao encontro de uma outra característica da cultura ocidental na atualidade, o narcisismo. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 191).

Observa-se que a análise da lógica de mercado com a condição de infertilidade/esterilidade produz questões meritórias de debates. Entretanto, dada a centralidade desta pesquisa e ao tempo proposto para o seu desenvolvimento, torna-se inviável o aprofundamento deste conteúdo.

Ao analisar a condição de infértil/estéril do ser feminino, torna-se válido apontar Straube (2007), que ao concluir sua análise observara durante as últimas décadas que, tanto no contexto social como biomédico, a questão da infertilidade fora tida como problema exclusivamente feminino, sua percepção como problema do casal é questão recente.

Assim, Oliveira (2015, s/p) indica que a infertilidade não é um problema exclusivo da mulher. Aproximadamente 40% das causas estão relacionadas com fatores femininos e 40% com fatores masculinos. Em 20% dos casos, ambos os fatores estão presentes. Destaque-se o fato de que:

Por mais que a infertilidade deva ser considerada como um problema do casal, a mulher parece ser vista como a principal responsável pelos problemas reprodutivos, não só culturalmente, como também dentro da comunidade médica. Por mais que este não seja o procedimento padrão recomendado, os exames para investigar o motivo da infertilidade ainda são indicados primeiramente às mulheres. (LEITE; FROTA, 2014, p. 152).

Neste sentido, observa-se que a responsabilidade de gerar uma criança é primordialmente associada as mulheres, desconsiderando-se o fato de que para o sucesso da fecundação é necessário o material genético reprodutivo de ambos os sexos, e não somente o feminino. Ignorar esta premissa e atribuir preliminarmente a condição de infertilidade tão somente a mulher, só contribui para que a figura feminina permaneça em posições ainda estigmatizadas.

De acordo com Goffman (2004), o estigma parte da explicação de inferioridade e seus perigos, os quais tendem a desvalorizar, descriminar e desumanizar o indivíduo. Atualmente, o termo é utilizado para referenciar características de comportamento ou rótulos que, simbolicamente, marcam e atuam no indivíduo como motivo de vergonha e desaprovação. A se tratar da infertilidade feminina:

Nos estudos históricos e antropológicos, raramente se encontram referências à infertilidade masculina, o que sugere que os problemas reprodutivos do casal têm sido, desde sempre, atribuídos às mulheres, engendrando metáforas e simbologias pejorativas e humilhantes, principalmente nas sociedades patriarcais. (TRINDADE, ENUMO, 2002, p. 154).

Na passagem do século XVIII para o XIX, tem-se a propagação da imagem do corpo feminino como um aparelho voltado naturalmente para procriação, uma vez que a mulher passara a ser associada à figura da Virgem Maria: amorosa, benevolente e maternal. (BADINTER, 1985). Desde então, culturalmente, o corpo da mulher infértil/estéril passa a ser encarado como um corpo que precisa de reparos, uma vez que, “naturalmente”, o mesmo destoa de sua função primordial.

A infertilidade feminina reflete-se no corpo como diferença e falha que delata a precariedade da condição humana. A alteração do corpo acarreta a fantasia de que ele não é apropriado e convém endireitá-lo. Essa visão autoriza um olhar depreciativo em relação ao próprio corpo [...]. Assim, no cenário pós-moderno, o corpo da mulher infértil é tomado como rascunho, que, não assumido pela técnica, torna-se indigno e deve, portanto, ser submetido aos procedimentos de controle da ciência, a fim de suprir suas falhas ontológicas. O corpo rascunho precisa ser entregue à medicina para ser "passado a limpo." (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 187).

A literatura tem evidenciado que o diagnóstico de infertilidade gera reações conflitantes entre as mulheres o que despertara em muitos casos noções de inferioridade sobre si ao perceber que a realização do seu desejo não está sob seu poder, portanto, é comum que estas se sintam impotentes, e, “[...] devido a essa sensação de ‘anormalidade’, as mulheres com problema de infertilidade costumam ficar com vergonha perante a sociedade, uma vez que, geralmente, são responsabilizadas pelo sucesso ou pelo fracasso da reprodução”. (MAUX; DUTRA, 2009 p. 114).

Deste modo, as mulheres são socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo as mesmas a carga primordial da função. Logo, se este arbítrio não se concretiza “naturalmente” ou através da intervenção científica, faz-se necessário a busca por métodos que viabilizem, de algum modo, a figura materna para o ser feminino. É neste sentido, que muitas mulheres com destaque para aquelas que desenvolvem relações maritais, buscam à adoção, uma vez que:

A adoção de uma criança surge como uma das possibilidades, caso desejem levar adiante o projeto de ter filhos. A adoção, embora seja uma prática presente desde muito tempo na história da humanidade, havendo documentos que comprovam sua existência já na Antiguidade, e no Brasil, desde a colonização, ainda é considerada por muitas pessoas como uma filiação de segunda linha, realizada por pessoas que não conseguem gerar os próprios filhos. (MAUX; DUTRA, 2009 p. 115).

A adoção de uma criança se constitui como uma prática presente na história da humanidade, o que contribui para desmistificar o equívoco da homogeneização entre os citados

conceitos de maternidade a maternagem. Nas últimas décadas, adotar tem auferido visibilidade entre as mulheres na condição de inférteis/estéreis adquirindo expressiva aceitação e adesão deste público. Destaca-se, no entanto, que o processo adotivo pode ser considerado por muitas pessoas como:

[...] uma filiação de segunda linha, realizada por pessoas que não conseguem gerar os próprios filhos. Embora autores afirmem que a adoção não é mais vista como uma solução para quem não tem filhos pelas vias biológicas, a infertilidade ainda é a maior motivação que leva casais a procurar adotar uma criança. (MAUX; DUTRA, 2009, p. 115).

Entretanto, corroboro com Schettini (2009) quanto ao fato de que a adoção não pode ser vista como um artifício de reparação. A incapacidade ou inviabilidade de gerar um filho, por si só, não justifica a adoção, uma vez que esta integra um ato complexo e de relevante teor subjetivo.

Em vista disso, a legislação brasileira tem buscado trilhar a política de adoção na perspectiva de que estas implicações, apresentadas pelos adotantes, não se sobressaiam no melhor interesse dos adotados. Desta forma, o Estado tem avançado no sentido de garantir às crianças e aos adolescentes o direito da convivência familiar harmônica, seja acompanhando-as na família biológica ou através da colocação em família substituta, como será evidenciado no capítulo subsequente deste trabalho.

3 A FILIAÇÃO SOCIAFETIVA NO BRASIL

O exercício da maternagem e paternagem via adoção é uma prática precedente à sociedade moderna. A atividade acontece ao longo dos séculos por diversas populações e culturas. Toma-se, por exemplo, o caso do menino judeu Moisés (A BIBLÍIA, 1996), que após ter sido deixado em um cesto no rio, foi adotado pela filha do Faraó, transformando-se assim no modelo mais ilustre de adoção para a humanidade.

Analisa-se também os casos do Antigo Egito, Grécia e Roma, onde a prática de adotar filhos dos nobres e buscar adoções para fortalecer as alianças era algo habitual. Ao caminhar rumo a séculos posteriores, tem-se ainda o caso de Napoleão Bonaparte, o qual legitimara a adoção na França em 1804 para garantir o direito a ter filho adotivo por não dispor de biológico.

Em termos do Brasil, tem-se no período açucareiro a família patriarcal que dispunha de filhos legítimos e ilegítimos do regime escravista. Filhos libertos, escravizados, afilhados e criados, viviam em vultuoso número distantes da família de origem. Tinha-se ainda as populações indígenas que, independentemente da carga genética, estabeleciam relações de parentesco entre si.

Enfim, múltiplos são os casos ao longo da história que ilustram as descendências adotadas. O fato inovador é a mudança e o avanço em termos políticos e culturais sobre a adoção (BEZERRA, 2016). Com o passar dos anos, a legislação avançou tanto quanto ao direito das crianças e adolescentes, como da própria adoção em si.

Este capítulo versará sobre as transformações da política e do direito à convivência familiar da população infanto-juvenil em famílias substitutas, ao compreendê-las como uma constituição familiar que ocorre pela existência de um vínculo jurídico e afetivo (Ibid.).

3.1 A legislação nacional da adoção

A convivência familiar atualmente é um direito da criança e do adolescente assegurado legalmente pelo Estado. No contexto nacional, diversos são os dispositivos jurídicos utilizados para efetivação deste direito, os quais, além de buscar a reinserção familiar da população infanto-juvenil, propõe a consolidação da política de proteção integral à criança e ao adolescente.

Entretanto, os rumos da história nem sempre foram estes. Riede e Sartori (2013) apontam que a adoção foi mencionada em leis brasileiras, pela primeira vez, no Código Civil

de 1916 e considerava que a sua finalidade era doar filhos a quem não os tivesse, a propositura da lei, neste sentido, era voltada a satisfazer aos interesses dos casais adotantes. As aludidas autoras apontam ainda que a lei determinava o ato de adotar restrito às pessoas com mais de 50 anos e sem filhos, somente em 1957 esta condição fora alterada pela Lei nº 3.113/1957, a qual reduzira para 30 anos a idade mínima dos adotantes.

Em 1965 sobreveio o primeiro molde do Código de Menores pela da Lei nº 4.655 (BRASIL, 1965). Tratando-se no direito brasileiro sobre adoção, a lei foi considerada um marco histórico, uma vez que instituía a legitimação adotiva do modelo francês, como aponta Gama (2003, p. 514): “a legitimação adotiva fazia com que o adotado passasse a ficar vinculado, de modo irrevogável e definitivo à família dos adotantes, o que gerava o rompimento dos vínculos familiares anteriores à legitimação adotiva”.

Ao ano de 1979, o governo brasileiro decretou a Lei nº 6.694 (BRASIL, 1979), a qual definiu o Código de Menor, passando a atuar, neste sentido, na preservação do interesse da criança e do adolescente, tratado nesta época, como “o menor”. Contudo, apesar de se caminhar para a manutenção do direito da população infanto-juvenil, a legislação voltara-se mais para as funções policiaes e corretivas do referido público. Foi apenas em 1988, diante da Constituição Federal (CF/88) que: “a estrutura jurídica relativa às espécies de adoção, requisitos e efeitos foi radicalmente alterada, reformulando os princípios e regras essenciais da filiação, das famílias, o que repercute diretamente na adoção” (RIEDE; SARTORI, 2013, p. 146).

Convém destacar que o contexto internacional interferira diretamente sobre as leis nacionais, em específico, no direito da criança e do adolescente. Destaca-se, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento resultara em um dos mais importantes documentos a nível mundial sobre a política de preservação dos direitos fundamentais da criança: *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Ratificado no Brasil pelo Decreto nº 99.710 de 1990, o documento passou a reger a doutrina da proteção integral à criança (BEZERRA, 2016).

Assim, em consonância com o referido decreto e com CF/88, nasce em 1990 pela Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). De acordo com Riede e Sartori (2013), o ECA dispôs fundamental tratamento jurídico a respeito da Adoção.

Segundo o ECA, a família adotiva é compreendida como família substituta, a qual exerce os mesmos direitos e deveres de uma família de biológica⁶ (BRASIL, 1990). Neste sentido, a adoção é vista como uma das formas de inserção de crianças e adolescentes no seio

⁶ O ECA prevê a adoção como uma das modalidades de colocação em família substituta, ao lado desta existem ainda outras duas: a guarda e a tutela (BRASIL, 1990).

familiar, destacando que, de acordo com o ECA: “adoção é medida *excepcional e irrevogável*, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa [...]” (BRASIL, 1990 s/p, grifo próprio).

Desta forma, a adoção passa a ser regulamentada no Brasil pelo Código Civil e pelo ECA (artigos 39 a 52). No entanto, com o aumento das demandas específicas relacionadas a adoção no Brasil, como aponta Santos (2013), a legislação foi alterada ao ano de 2009 com a criação da Lei nº 12.010, a chamada Nova Lei da Adoção. Assim,

A nova Lei, de 2009, apesar de continuar priorizando a manutenção dos vínculos com a família biológica, trouxe diversas inovações ao processo de adoção com o intuito de acelerá-lo. As principais alterações na legislação brasileira foram: limite máximo de permanência nos abrigos (de até dois anos); criação do instituto do acolhimento familiar; aceleração da suspensão ou perda do poder familiar; otimização dos Cadastros Nacional e Estaduais de Adoção; dentre outras. (BEZERRA, 2016, p. 45).

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) foi criado em 2008 com o objetivo de agilizar os processos de adoção no país por meio do mapeamento de informações unificadas. Tendo passado por algumas mudanças desde sua criação, atualmente, o CNA integra a maior ferramenta de busca por famílias substitutas para crianças acolhidas institucionalmente. Sua funcionalidade e limitação serão consideradas no tópico a seguir.

3.2 O Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

Criado em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução n. 54, de 29 de abril do referido ano, o CNA corresponde a um banco de dados nacional que reúne as informações imprescindíveis para o andamento das adoções no país. Em síntese, o CNA integra um sistema virtual que:

Uniformiza todos os bancos de dados existentes; racionaliza os procedimentos de habilitação; amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes brasileiros cadastrados; possibilita o controle adequado pelas respectivas corregedorias-gerais de Justiça; e orienta o planejamento e a formulação de políticas públicas voltadas para a população de crianças e adolescentes que aguardam pela possibilidade de convivência familiar. (BRASIL, 2013, p. 07).

Com menos de uma década de existência, o CNA passou por algumas mudanças em 2015, ao possibilitar, desde então, o cruzamento de dados e a troca de informação entre comarcas municipais e estaduais. Em sua essência, julga-se ser esta a principal razão para a

construção de um cadastro nacional, uma vez que, até sua criação, eram ínfimas as possibilidades de vincular crianças/adolescentes aos candidatos de municípios distintos.

O diálogo entre as informações dos postulantes e das crianças/adolescentes aptos a adoção, era restrito à Comarca que ambos pertenciam. O banco de dados alimentava-se com informações locais, tornando-se impossível a realização de busca por famílias substitutas em outros distritos. Neste sentido, o CNA emerge visando superar tal barreira, haja vista que a busca por candidatos e crianças/adolescentes em localidades distintas, amplia as possibilidades de se constituírem novos núcleos familiares.

A inclusão dos pretendentes à adoção no CNA ocorre mediante o processo de Habilitação regido pelo Art. 197 do ECA. De acordo com este, para que os candidatos ingressem no cadastro é necessária, previamente, a preparação psicossocial e jurídica.

O processo de Habilitação deve ser iniciado a partir da entrega da documentação necessária⁷ ao cartório da Vara da Infância e Juventude do município dos candidatos⁸. Subsequentemente, os candidatos serão submetidos a um curso de preparação ministrado por uma equipe técnica da justiça, e a uma avaliação socioeconômica e psicoemocional para elaboração do estudo técnico. O parecer desta equipe será encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara de Infância, o qual julgará estarem os candidatos aptos ou não para adoção. Somente após o despacho do Juiz de Direito julgando não existir nenhuma restrição à habilitação dos candidatos, é que estes, de fato, vinculam-se ao CNA, estando finalmente *habilitados para adotar*. (BRASIL, 2017).

Percebe-se, neste sentido, que os processos cíveis de adoção não ocorrem em contexto nacional de forma tão “simplória” como o senso comum pressupõe. A própria temática em si, é cercada de “simbologias” que não correspondem à realidade, principalmente com relação a uma significativa quantidade de crianças disponíveis aos casais que aguardam um filho. Os candidatos atribuem a demora da adoção à morosidade e burocracia jurídica. No entanto, esta é uma premissa refutável, uma vez que, o perfil da criança idealizada não corresponde ao perfil das crianças institucionalmente acolhidas (GURGEL, 2016).

Observa-se, por exemplo, os dados atuais do CNA (BRASIL, 2017): nacionalmente, há 40.981 candidatos cadastrados, dos quais 38.548 estão disponíveis para adoção. Em

⁷ Esta documentação encontra-se especificada no ECA em seu Art. 197-A, correspondendo a: identidade; CPF; certidão de casamento ou nascimento; comprovante de residência; comprovante de rendimentos ou declaração equivalente; atestado ou declaração médica de sanidade física e mental; certidão cível e criminal.

⁸ É comum que os interessados, de forma geral, procurem municípios demograficamente maiores para iniciarem o processo, acreditando que, por existir maior quantitativo populacional, existirá também maior número de crianças aptas à adoção. Entretanto, esta é uma visão distorcida entre os candidatos, uma vez que o própria CNA permite adoções intermunicipal ou interestadual.

contrapartida, tem-se 8.023 crianças/adolescentes cadastrados, destes, 4.758 estão disponíveis para adoção. A se tratar de Sergipe, tem-se 489 candidatos vinculados ao CNA dos quais 461 estão disponíveis para adoção, salienta-se que mais da metade corresponde às habilitações em Aracaju. No entanto, há 25 crianças/adolescentes no estado vinculadas ao CNA, das quais todas estão disponíveis para adoção. Em uma matemática simples, tem-se aproximadamente: oito candidatos para cada criança disponível em nível nacional; 18 candidatos para cada criança disponível em território sergipano. À vista dos dados,

[...] percebemos claramente a existência de algo que impede a concretização dessas adoções, uma vez que a quantidade de pretendentes é superior à de crianças ou adolescentes. Há, portanto, uma dissonância entre esses dois segmentos que não se encontram em razão das características da criança pretendida pelos futuros pais e das características das crianças existentes não se encaixarem. Desta maneira, a questão racial, a situação de saúde, a condição de pessoa com deficiência e a existência de grupo de irmãos, constituem fatores, que juntamente com a idade se associam na atual questão da adoção tardia e de seus limites. (BEZERRA, 2016, p. 51-52).

Desta forma, as ponderações frente aos processos adotivos precisam ser realizadas de forma comedidamente analítica desde a avaliação dos candidatos até a entrega do adotado à família substituta. Esta observação precisa ser considerada, haja vista que se tornara imprescindível para este trabalho ao momento das análises e percepções obtidas na pesquisa de campo.

Compostas por assistentes sociais, psicólogos e estagiários, a equipe técnica do núcleo de adoções em Aracaju/SE durante o processo de habilitação dos candidatos ao CNA, produz um documento com finalidade de subsidiar a decisão do Juiz de Direito quanto a vinculação dos postulantes ao referido cadastro.

O acesso a estes documentos, denominado pelos profissionais de laudo psicológico, laudo social ou laudo psicossocial, bem como sua categorização e interpretação crítico-social frente ao nosso objeto de pesquisa, constituem os dados coletados durante a pesquisa, expostos a seguir.

4 AS ADOÇÕES EM ARACAJU/SE NO ANO DE 2015: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Este capítulo apresenta as discussões sobre as adoções realizadas no município de Aracaju/SE no ano de 2015. Inicialmente, o capítulo esboça dados quantitativos e característicos das adoções referenciadas, subdividido em dois eixos. O primeiro, *Adoções e Variáveis*, busca apresentar dados que se correlacionam com a realidade nacional sobre o CNA. O segundo, *Próximos e Distintos: a construção de um perfil*, que trata das especificidades colocadas pelos postulantes.

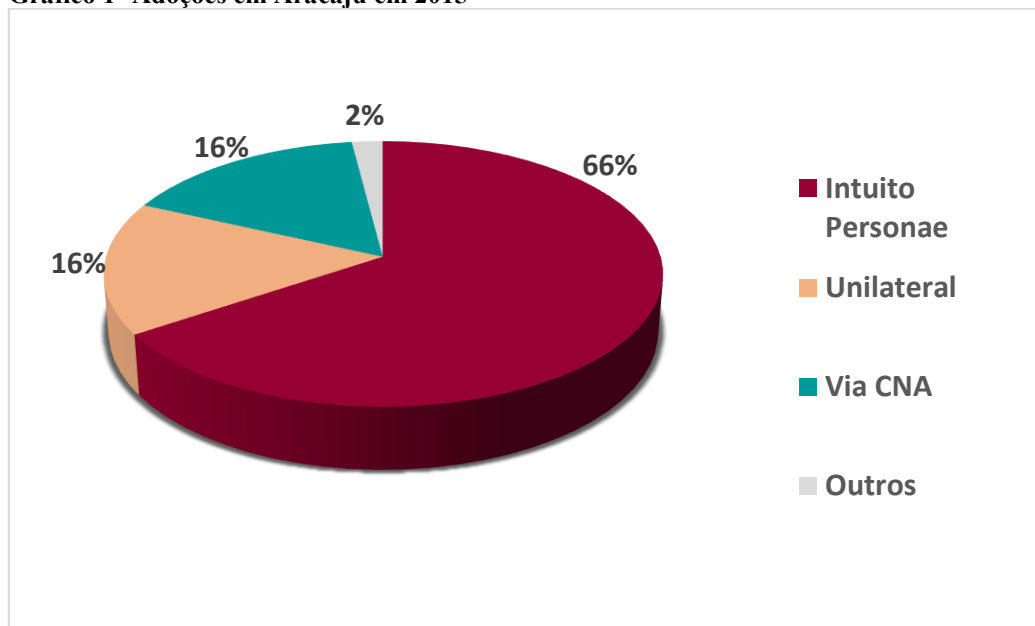
Destaca-se que tais resultados foram obtidos junto ao Juízo da Infância e Juventude do município aludido por meio da equipe multiprofissional compostas por assistentes sociais, psicólogos e estagiários, e também do acervo processual disponibilizado, o qual dispõe de fichas cadastrais, relatórios técnicos, estudos psicossociais e processos na íntegra.

4.1 Adoções e Variáveis

O contato com o Juízo da Infância e Juventude do município de Aracaju/SE, por meio de sua equipe técnica e do acervo processual disponibilizado, possibilitara uma aproximação elementar com a realidade da adoção frente ao município selecionado.

Na busca pelo perfil das adoções realizadas, constatou-se que, ao ano de 2015, foram realizadas 42 adoções, das quais apenas 16% foram adoções realizadas via CNA, o que corresponde ao total de sete adoções. O número se deve, principalmente, a vários processos sobre adoção cumulada, isto é, casos em que a criança ou adolescente, de alguma forma, já se encontra na companhia do(s) adotante(s), seja por meio da adoção unilateral quando o adotado é filho do cônjuge do adotando ou por meio da adoção *intuitu personae*, quando o adotado é entregue diretamente ao adotante pelos pais biológicos. Esta modalidade de adoção demanda, em específico, uma análise particularizada, haja vista que a mesma corresponde a 66%, isto é, mais da metade das adoções realizadas no distrito e ano elucidado. O gráfico 01 clarifica esta realidade e nos chama atenção para uma observação comparativa em relação as adoções via CNA.

Gráfico 1- Adoções em Aracaju em 2015



Fonte: Juízo da Infância e Juventude - Aracaju/SE, 2017.

A adoção *intuitu personae* não é um ato proibido por lei, entretanto, se constitui como uma prática portadora de controvérsias e ambiguidade, posto que, “[...] já se tem a existência de uma fila de espera representada pelo CNA na qual centenas de casais, famílias e adultos encontram-se legalmente inscritos e já submetidos às várias etapas que os qualificam como aptos para realização da adoção”. (SOUZA, 2012, p. 31).

A não previsão da adoção *intuitu personae* na Lei nº 12.010/2009 possibilita aos próprios pais biológicos, em maior parte, as genitoras, a escolha da parentalidade socioafetiva de seus filhos, a citada lei contribui, neste sentido, para que o tempo de espera dos candidatos habilitados no CNA se estenda. Destaca-se que a jurisprudência, não aponta a vedação da adoção *intuitu personae* em sua redação, mas busca reduzir as ocorrências destes casos, uma vez que realiza a alteração do Art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acrescentando-lhe o parágrafo 13, segundo o qual:

§ 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor do candidato domiciliado no Brasil e não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:

I – se tratar de pedido de adoção unilateral;

II – for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;

III – oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal da criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé em qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei. (BRASIL, 2009, s/p).

Contudo, as modificações propostas pelo legislador não cessaram as adoções dirigidas⁹ fora das citadas condições. O fato ocorre em particular, por dois motivos: o primeiro refere-se a garantia do direito da criança e do adolescente a convivência familiar prevista no Art. 227 da Constituição Federal de 1988 (CF/88). De acordo com este:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, s/p).

Neste sentido, o legislador julga que a adoção direta deve ser baseada pelo princípio do melhor interesse e da proteção integral à criança e ao adolescente, ao considerar que a recusa da adoção proposta o colocaria no acolhimento institucional. Por este ângulo, a institucionalização da pessoa em desenvolvimento se torna uma medida vista como desnecessária, uma vez que o adotando já dispõe de um núcleo familiar à sua espera. Nesta ótica, Dias (2015 p. 02) defende que: “tornar obrigatória a observância do cadastro é de uma inconstitucionalidade flagrante por desrespeitar o princípio do melhor interesse e o sagrado direito à convivência familiar”.

A segunda razão colaborativa para o elevado índice de adoções consensuais, refere-se a própria forma como a Lei fora redigida¹⁰. Observa-se que o parágrafo 13 do art. 50 do ECA, antes de expor as condições exigidas para a adoção direta, aponta de forma objetiva que: só poderão realizar a adoção consensual os candidatos domiciliados no país e *não cadastrados* previamente nos termos do ECA. Desta forma, supõem os candidatos que ingressando no CNA (mesmo que já disponham da companhia da criança) possuirão competência legal para requerer a adoção *intuitu personae* da criança em vista.

Nesta perspectiva, há teóricos que, por sua vez, defendem a adoção *intuitu personae* e não julgam ser esta uma objeção ao andamento do CNA, haja vista que, em tese, o processo se guia pela mesma lógica da tutela, na qual os pais escolhem de forma direta, sem interferência judicial, quem é a melhor pessoa para cuidar de seus filhos em caso de ausência ou morte. Assim,

⁹ A adoção *intuitu personae* também pode ser referenciada como adoção dirigida, adoção direta ou adoção consensual.

¹⁰ Este é um movimento percebido nos últimos anos pelos profissionais que compõem os núcleos técnicos do Juizados da Infância e Juventude. Contudo, é um fato que carece de produções científicas, haja vista que se torna evidente quando observada a dinâmica das próprias instituições.

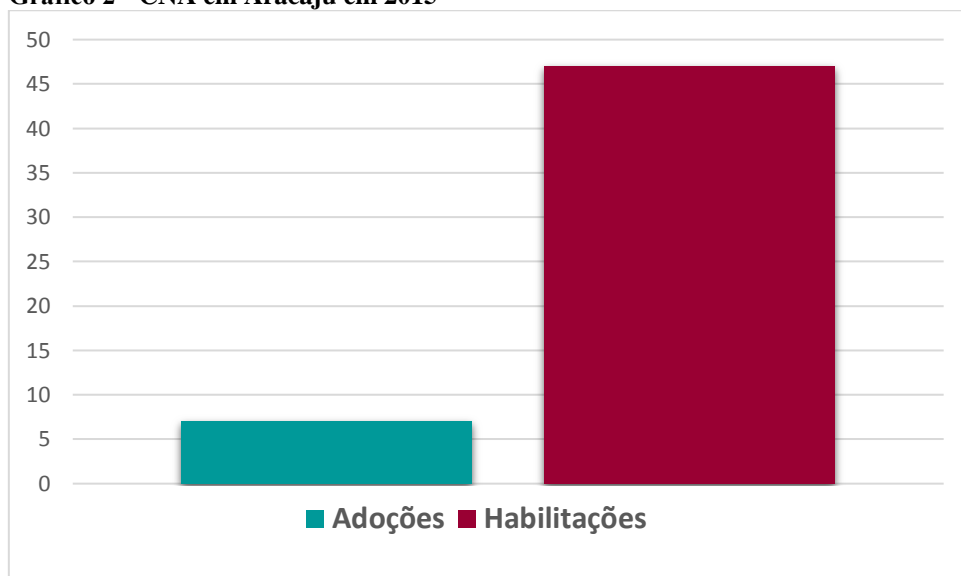
Seguindo a mesma sistemática prevista para a tutela nos arts. 1731 e 1732 do novo Código Civil e observados os impedimentos parentais adequados para a adoção, deveria ser acolhida, preferencialmente, a indicação feita pela mãe ou por ambos os pais, no exercício do poder familiar, admitida a adoção *intuitu personae*, podendo tal indicação recair sobre a pessoa do cônjuge ou do companheiro da genitora (adoção unilateral) ou parentes do adotando, independentemente de prévia inscrição no cadastro de adotantes. (KUZANO, 2003, apud SOUZA, 2013, p. 63).

Neste ponto de vista, não haveria razão de os pais biológicos não poderem escolher a nova família de seus filhos. Destaco, nestes casos, que corroboro com os apontamentos realizados por Souza (2013, p. 66) no que se refere a preservação do melhor interesse do adotando, no sentido que “a observância ao cadastro, criado para facilitar a adoção, não pode determinar o rompimento do vínculo socioafetivo, o que prejudicaria a criança ou o adolescente envolvido”. Porém, chamo atenção para a herança cultural brasileira quanto à adoção *intuitu personae*, na qual há, historicamente,

[...] um movimento de busca empreendido pelos pretendentes à adoção por mulheres dispostas a entregar seus filhos, na crença de que estarão garantindo a eles boa condição de vida, educação e um futuro de mais qualidade do que aquele que a criança teria caso fosse mantida em sua família de origem - não raro, marcada pela pobreza socioeconômica e por problemas adjacentes (CAMARGO, 2012, p. 31).

Destarte, a adoção *intuitu personae* demonstra ser um campo de opiniões e posicionamentos diversos, na qual caberá ao Juiz de Direito a avaliação de cada caso de acordo com as circunstâncias concretas, e o julgamento de cada situação, utilizando-se dos elementos circunstanciais fornecidos pela equipe técnica, incluindo os profissionais do Serviço Social, assim como também, valer-se do que preceitua a Lei nº 8.069/1990, a qual dispõe do ECA, e da Lei nº 12.010/2009, que aborda, em específico, o direito a convivência familiar harmônica da população infanto-juvenil.

Em contrapartida às adoções *intuitu personae*, as adoções realizadas via CNA, por sua vez, representam um número significativamente inferior se comparado até mesmo às próprias habilitações ao CNA. Analisando-se, por exemplo, o ano de 2015 em Aracaju/SE, identificou-se 47 habilitações, ao mesmo ano em que somente 07 adoções via CNA, como já salientado, foram concretizadas. Apesar de considerar a relatividade quanto ao tempo de espera na fila, é nítido que “[...] o perfil das crianças e adolescentes cadastrados no Cadastro Nacional de Adoção - CNA, é destoante quando comparado ao perfil das crianças pretendidas, fato que reveste a questão como de grande complexidade” (BRASIL, 2012, p. 27). O gráfico 02 dimensiona a discrepância desta realidade.

Gráfico 2 - CNA em Aracaju em 2015

Fonte: Juízo da Infância e Juventude - Aracaju/SE, 2017.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório estatístico produzido sobre o CNA a nível nacional, 91% dos habilitados para adoção preferem crianças de até 06 anos¹¹, e 68% não aceitam adotar irmãos (BRASIL, 2016). Entretanto, a idealização destoaria com a realidade, na qual 92% das crianças disponíveis têm entre 07 e 17 anos e 69% das mesmas estão em grupos de irmãos.

Outro dado expressivo se refere à questão racial. De acordo com a mesma estatística do CNJ, 20% dos habilitados só aceitam crianças brancas. Contudo, 68% das crianças acolhidas institucionalmente, são negras ou pardas. Quanto as condições de saúde, 68,9% informam não estarem dispostos a adotar crianças com problemas de saúde, e 72% não aceitam adotar gêmeos. Neste sentido, “se nada no comportamento dos candidatos a adotantes mudar, um grupo significativo de crianças chegará aos 18 anos sem chance de adoção, assim como vem ocorrendo nas últimas décadas.” (ALVES, 2016, s/p).

Cabe aqui destacar que a perspectiva de mudança comportamental dos candidatos à adoção (Ibid.), não deve visar exclusivamente ao tempo de espera pela criança, tampouco deve implicar na imposição de um perfil unânime para os postulantes. Trata-se, na verdade, de

¹¹ Alves (2016) propôs uma análise mais minuciosa quanto à faixa etária das crianças pretendidas e concluiu que até os 3 anos de idade, a criança tem o interesse de pelo menos 20% dos candidatos. Daí por diante vai caindo a disposição, ano a ano: “[...] dos sete anos para cima, o interesse, na casa dos 3%, vai diminuindo. Aos 10, tem apenas interesse de 1% e, aos, 11 anos, não dá meio por cento e, chegando aos 18 anos, algo tão residual que é inviável de contabilizar.” (Ibid., s/p).

desmistificar a cultura discriminatória que perpassa a política de adoção, considerando que, “de um modo geral, existe, por parte dos pretendentes à adoção, de um lado, a expectativa de encontrar uma criança “perfeita”; de outro, a ideia de que crianças adotadas trarão ‘problemas futuros’, principalmente se já estiverem um pouco crescidas.” (BEZERRA, 2016, p. 53). Neste sentido, a autora aponta para necessidade do reconhecimento desses aspectos pelos próprios candidatos, uma vez que estes precisam “[...] ser trabalhados de maneira mais profunda, deixando claro que o tempo, a vontade, a atenção e o afeto são fundamentais no estabelecimento das relações entre pais e filhos, sejam eles biológicos ou não”. (Ibid.).

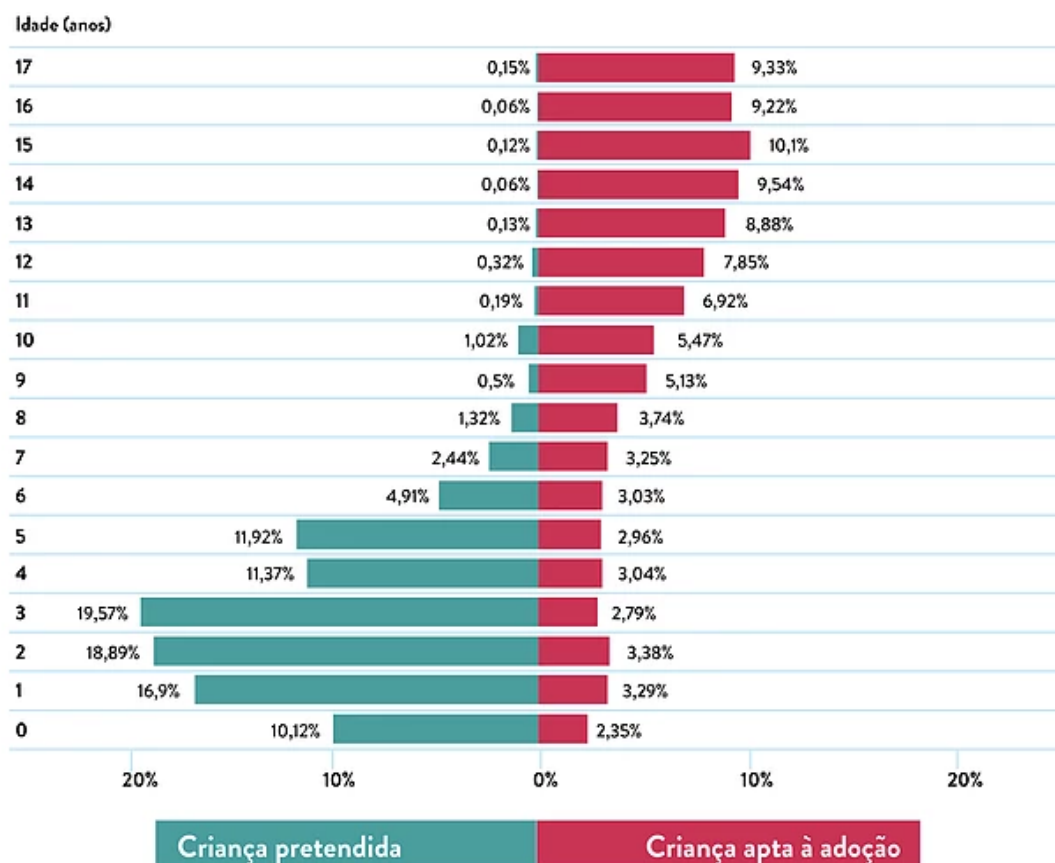
Campos (2012) chama atenção para a mudança e ampliação do perfil da criança ou adolescente. De acordo com a autora, não é interessante ampliar o perfil da criança com vistas somente à diminuição no tempo de espera se de fato não existe disponibilidade afetiva para acolher uma criança com características muito distantes daquelas pretendidas.

Torna-se útil evidenciar que a mudança esperada não deve ocorrer somente entre a sociedade civil. Contrariamente, faz-se necessário também que as transformações sejam promovidas pelo Estado, haja vista sua atual ineficiência nos processos de adoção.

Salienta-se que a responsabilidade estatal quanto à política de adoção não se resume à colocação das crianças e adolescente em famílias substitutas, mas engloba um conjunto de ações necessárias durante todo o período de acolhimento institucional da pessoa em desenvolvimento, bem como a resolutividade jurídica da situação (destituição do poder familiar), além da promoção de políticas de acompanhamento aos próprios adotantes, uma vez que: “[...] os pretendentes desse tipo de adoção demandam uma preparação e apoio adequados, pois a criança já traz uma história de vida, tanto de sua família biológica, como da Instituição de Abrigo.” (Ibid., p. 57).

Ao aproximar a análise realizada com o objetivo desta pesquisa, tem-se a presença de dados que contrariam as estatísticas nacionais, uma vez que, das sete adoções realizadas via CNA no ano e município aludido, 40% foram adoções com grupos de irmãos e 70% foram concretizadas entre crianças com idade igual ou superior a 4 anos, enquanto no restante do país, no levantamento estatístico elaborado ao mesmo ano pelo CNJ, mais da metade das crianças pretendidas eram idealizadas entre 0 e 3 anos de idade. O gráfico 03, produzido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do referido órgão, elucida esta realidade.

Gráfico 3 - Idade da criança ou adolescente apto à adoção em relação à preferência do adotante



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

Nesta perspectiva, os aspectos encontrados referentes à faixa etária e aos grupos de irmãos nas adoções ora analisadas em Aracaju/SE, apontam para uma mudança frente aos novos processos de adoção, uma vez que, as adoções foram concretizadas entre crianças com perfis dessemelhantes, tanto em termos de idade, sexo e etnia, apontando, neste sentido, para um movimento de ampliações de perfis.

As sensibilizações pela adoção tardia e por grupo de irmãos têm feito crianças mais velhas e seus irmãos serem adotados com menos dificuldades. A cultura de adoção ainda tem de ser transformada. As pessoas precisam começar a pensar com mais amplitude para que os preconceitos sejam em menor número e intensidade, bem como refletirem sobre seus reais desejos, projetos e sobre a realidade. (GURGEL, 2016, p. 04).

4.2 Próximos e Distintos: a construção de um perfil

No que diz respeito às especificidades das adoções realizadas via CNA no município e ano estudado, apurou-se que seis foram efetivadas por casais, nos quais 100% dos casos a

mulher se apresentara na condição de infértil/estéril, infere-se, desta forma, que a adoção em sua maioria ocorre “[...] somente quando o casal esgota as possibilidades de gerar uma criança de forma natural, ou pelo fracasso das técnicas de reprodução humana ou por não poderem arcar com os custos dos procedimentos como última instância” (BRAUNER; KUHN, 2014, p. 201).

Com relação ao fato, destaca-se que das seis seis mulheres adotantes, 50% já haviam realizado, em algum momento de suas vidas procedimentos clínicos de fertilização, e somente uma das três mulheres obtivera sucesso com o tratamento. Os casos expostos pelos profissionais nos relatórios psicossociais denotam que, nestas mulheres, o corpo “[...] é encarado como máquina de produzir um bebê parece prescindir do sujeito que o habita e que, por vezes, não se vê em condições de obter um posicionamento em relação à adversidade encontrada e à ambivalência dela decorrente” (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 186-187).

Os relatórios demonstram ainda que todos os casais apresentam mais de 10 anos de relação marital, e em 70% dos casos a expressão “desejo de ser mãe” é utilizada como motivação introdutória nos processos, levando-me a concluir que a filiação ainda é vista como algo fundamental para concretização de uma família e consideravelmente importante para a percepção de completude da maioria das mulheres. (MAUX; DUTRA, 2009).

Chama atenção também o uso da expressão “*será uma mãe dedicada*”, utilizada pelos companheiros para se referir as mulheres em 35% dos casos. No contexto no qual é introduzida, é como se, de alguma forma, a idealização da mulher mãe fosse projetada sobre estas mulheres as quais devem abdicar-se de suas vidas em prol dos filhos. A esse respeito, destaca-se que:

Nas últimas décadas do século XVIII, e principalmente no século XIX, as mulheres assumiram o papel da boa mãe, com dedicação integral aos filhos e responsabilidade pelo espaço privado da família. Surge, assim, a representação social de devotamento e sacrifício inerente à maternidade, que passa a ser vista como um sofrimento voluntário e indispensável para a mulher. (LEITE; FROTA, 2014, p. 153).

Observa-se ainda que em 35% dos relatórios têm-se descrito que o intento pela filiação socioafetiva fora inicialmente recriminada pelo companheiro, ou seja, apesar da mulher demonstrar o interesse pela maternagem via adoção, esta não se materializou em virtude da não aceitação do processo pelo parceiro.

As razões para tal negação estão diretamente relacionadas à ausência do conhecimento legal sobre a adoção. No âmbito nacional, tem-se ainda diversos estigmas sociais a respeito da adoção. A recusa do parceiro, nestes casos, pela abertura dos processos, baseia-se, principalmente, no receio em receber uma criança de origem desconhecida e com

comportamentos já adquiridos. O contato com esses núcleos familiares, o qual será transcrito adiante, forneceu elementos conclusivos para essa afirmativa.

Entretanto, o fato é que: apesar dos avanços conquistados pelas mulheres diante da sociedade e do próprio matrimônio, ainda persiste *a subalternidade feminina em relação ao companheiro quanto as decisões do casal*. Nesse sentido, corroboro com Badinter (1985) que, ao estudar o fenômeno da subordinação da mulher ao marido, concluiu que a teologia cristã teve sua cota de responsabilidade no reforço e na justificação da autoridade paterna e marital. Assim,

O homem deve ser o chefe do casal, pois foi criado em primeiro lugar e deu origem à mulher. É a ele, portanto, que cabe o poder de mandar. Embora São Paulo acrescente que as ordens do marido deverão ser temperadas pelo amor e o respeito que deve à sua mulher, embora reconheça nesta um poder de persuasão (simples poder da retórica), é ao marido que compete a decisão final. (BADINTER, 1985, p. 34).

Os relatórios consultados evidenciaram uma série de fatos observados na literatura que, por si só, exigiriam uma análise específica. As motivações e aspirações expostas pelas postulantes e, em particular, pelas mulheres na condição de infértil/estéril, fornecera estímulo para seguimento desta pesquisa, haja vista que estas candidatas remetem ao processo de interiorização da maternagem com a finalidade de sua completude pessoal e social. O contato com estas mulheres foi fundamental para ratificar as hipóteses deste estudo. Os relatos apresentados por cada uma das entrevistadas que, solicitamente, contribuíram com esta produção, estão dispostos adiante.

5 INFERTILIDADE/ESTERILIDADE E ADOÇÃO: O ESTIGMA GEMINADO

Este capítulo versa sobre o resultado da pesquisa de campo centralizado em discutir as percepções das mulheres adotantes na condição inférteis/estéreis sobre maternidade e maternagem. Neste caso, os dados foram obtidos por meio da técnica de entrevista guiada por um roteiro estruturado.

O contato com estas mulheres ocorre durante o mês de julho do presente ano, e as entrevistas realizadas foram consensualmente gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Sua categorização e discussão fora elencada nas variáveis: infertilidade/esterilidade; casamento e familiares; o processo de adoção; maternidade e maternagem.

Em observância aos aspectos éticos da pesquisa relativos ao sigilo e à confidencialidade, os nomes próprios dos/as respondentes foram substituídos por nomes fictícios, os quais foram escolhidos de forma a atribuir, simbolicamente, uma afinidade à realidade aplicada.

Ademais, salienta-se que, como descrito na introdução deste trabalho, ao longo de uma das entrevistas, obteve-se o depoimento do cônjuge de uma das participantes, a saber, Deméter. Mesmo não estando, *a priori*, prescrito na metodologia aplicada à pesquisa, o relato trouxe significativas contribuições para responder aos objetivos propostos. Assim, as declarações espontaneamente postas pelo referido senhor também foram gravadas, transcritas com seu consentimento e elucidadas nos tópicos a seguir.

5.1 O perfil das entrevistadas

Para andamento desta análise, é necessário relembrar algumas peculiaridades do universo e dos sujeitos envolvidos. É válido destacar que a amostra desta pesquisa corresponde às mulheres na condição de infértil/estéril que vivenciam a maternagem por meio da adoção via CNA realizada no município de Aracaju/SE ao ano de 2015. Neste sentido, das sete adoções constatadas, apenas cinco puderam ser foco deste estudo, haja vista que as demais não corresponderam ao recorte proposto, uma vez que, uma adoção fora realizada por um homem e uma adoção fora realizada por um casal que já dispunham de filhos biológicos.

Outro aspecto a ser memorado se refere à tramitação legal desta pesquisa. A autorização judicial concedida pelo processo nº 201711600531 para acesso aos processos cíveis de habilitação e adoção no município de Aracaju/SE, exigia respeito e sensatez diante das informações utilizadas. Nessa perspectiva, o contato com as mulheres ora selecionadas só ocorreu após a verificação de seu interesse quanto à participação em pesquisas relacionadas a

adoção nas fichas iniciais de cadastro utilizadas pela equipe técnica do Juízo da Infância e Juventude. Nessa lógica, apenas quatro das cinco mulheres preencheram positivamente este campo, e destas, obteve-se contato exitoso apenas com três pelo insucesso telefônico ou por plataformas digitais para contatar uma das selecionadas.

Com vista às premissas apresentadas e buscando a preservação da identidade das colaboradoras, optou-se por atribuir a cada uma, a imagem de uma deusa mitológica grega que, em tese, apresenta características comportamentais semelhantes às das próprias participantes. Desta forma, as referenciarei por **Atena**, **Ártemis** e **Deméter**.

No universo mitológico, Atena representa a sabedoria e a astúcia, e corresponde a mulher inteligente, racional, que dedica boa parte de sua vida ao trabalho e ao desenvolvimento intelectual. Ártemis, por sua vez, simboliza a mulher livre e aventureira, guiada por seus instintos e desejos é a figura da mulher que costuma atribuir ínfimo valor ao pensar alheio sobre si; não teme desafios e é extremamente independente. Já Deméter, configura a figura maternal e tudo o que se refere às funções reprodutivas; é a mulher que costuma se sentir completa e feliz com os afazeres domésticos e com a participação integral na criação dos filhos¹².

Nesta analogia, Atena possui 48 anos, ensino superior completo, professora universitária, com renda mensal familiar de aproximadamente 14 salários mínimos, casada há 19 anos, residente de um bairro nobre de Aracaju/SE, define-se sem religião e é mãe de um casal: uma menina de sete anos e um menino de quatro anos.

Ártemis apresenta 50 anos, ensino médio completo, cabelereira, com renda mensal familiar de quatro salários mínimos, casada há 23 anos, cristã protestante, residente na zona norte aracajuana e mãe de duas meninas: uma com 07 anos e outra com 06 anos.

Deméter tem 55 anos, ensino fundamental completo, autônoma (trabalha com confecções e estamparias na própria residência), possui renda mensal familiar de três salários mínimos, casada há 12 anos, mas convive maritalmente há 25, é mãe de uma menina de 10 anos e também reside na zona norte de Aracaju/SE.

A escolha de cada figura mitológica para representação das mulheres, as quais permitiram a concretude desta pesquisa, não ocorreu aleatoriamente. Os depoimentos apresentados promoveram a aproximação dos mitos com as verbalizações oriundas de cada entrevistada. Os relatos foram recortados segundo os tópicos propostos no formulário de entrevista.

¹² As referências quanto às características de cada deusa ora escolhida foram retiradas de diferentes sítios eletrônicos (blogs), tais como: *Mitologia Online*, *Portal dos Mitos*, *Século Diário*, *Mitologia Comentada*, entre outros.

5.2 Infertilidade/esterilidade

A condição de infértil/estéril das participantes foi interpretada por cada uma sob diferentes aspectos. Atena e Ártemis só tomaram conhecimento do fato após a vida adulta. Ambas, já casadas, expuseram ter enfrentado o momento com tranquilidade, uma vez que, gerar uma criança em seu ventre, a princípio, não era um sonho idealizado pelas mesmas.

Eu sempre tomei remédio (anticoncepcional). [...] porque logo no início a gente não queria, nem eu nem ele (esposo). A gente só veio pensar em ter filhos depois que estávamos com a vida estabelecida, entendeu? Aí o problema é da idade, porque quando a gente foi tentar eu já estava com 42 anos, estava no limite [...]. (ATENA).

A maternidade, assim, de ter um bebê, de ter um filho, de mim mesma, não era minha vontade. Nunca tive o desejo de engravidar. Então quando eu casei eu tomei remédios para não engravidar, depois que eu percebi que eu não ia poder engravidar porque eu tinha endometriose. Aí eu fui tratar a endometriose. Fiz tratamento da endometriose, aí passei uns 10 anos tratando a endometriose [...]. Eu ficava muito tranquila em relação a gravidez. (ÁRTEMIS).

Atena e Ártemis expuseram, sem constrangimentos, que a gravidez não se apresentara como prioridade em suas vidas. Ambas relataram que dispunham de outras ambições, as quais, por sua vez, não permitiam conciliar simultaneamente suas perspectivas de vida com a experiência de uma fase gestacional, isto é, combinar a vivência de um período puerpério com a dinâmica de suas rotinas.

Por características similares, Badinter (2011) se propôs a estudar o fenômeno da nuliparidade¹³ sob aspectos biopsicossociais, abordando as mulheres nesta ótica como possíveis sujeitos históricos livres da *desobrigação* de ser mãe, principalmente nos últimos vinte anos. Desta forma, a autora aponta que:

O fenômeno não é novo, mas é vivido diferentemente hoje em dia. Há cem anos, um número maior de mulheres não tinha filhos pelo fato de não serem casadas ou de serem estéreis. [...] o que nos diferencia dos séculos precedentes não é tanto nossa maior liberdade de ser ou não mãe, mas uma abordagem diferente do destino feminino. Este se confunde cada vez menos com a maternidade, porque outras vias são possíveis e desejáveis. Algumas mulheres o sabem desde o início, outras percebem ao longo de sua vida, outras, finalmente, se sentirão incapazes de explicar a sua não escolha. (Ibid., p. 152)

¹³ Conceito clínico utilizado para se referir mulheres que jamais deram à luz (REZENDE; MONTENEGRO, 2005).

Assim, considerando que Ártemis desconhecia sua condição de infértil até os 33 anos de idade, e Atena até os 42 anos, nota-se, na realidade, que ambas não aspiraram, até então, a maternidade ou a maternagem mesmo estando diante da fase adulta de suas vidas, contrapondo-se, neste sentido, à declaração de que a opção em ser mãe é uma pretensão absoluta entre as mulheres, como bem afirma a popular revista francesa *Psychologies Magazine* (2009 apud Ibid., p. 17): “o desejo de ter filhos é universal. Ele nasce das profundezas de nosso cérebro reptiliano, do motivo por que somos feitos: prolongar a espécie”.

Não por mera casualidade, Ártemis e Atena destacaram que faziam uso de métodos contraceptivos, uma vez que não intentavam a presença de um filho em seu cotidiano. Neste sentido, as entrevistadas evidenciam as possibilidades alcançadas com o progresso e alcance das chamadas Tecnologias de Reprodução (TR), desenvolvidas tanto para fins contraceptivos como conceptivos. A contracepção oriunda das TR evidencia que:

[...] passamos de uma recusa circunstancial da maternidade para a possibilidade de escolha, significando, também, para as mulheres a decisão ou adequação entre vida profissional e vida familiar. As TR expressam claramente um tipo de relação com a maternidade, construída histórica, social, política e culturalmente [...]. (SCAVONE, 2001, p. 143-144).

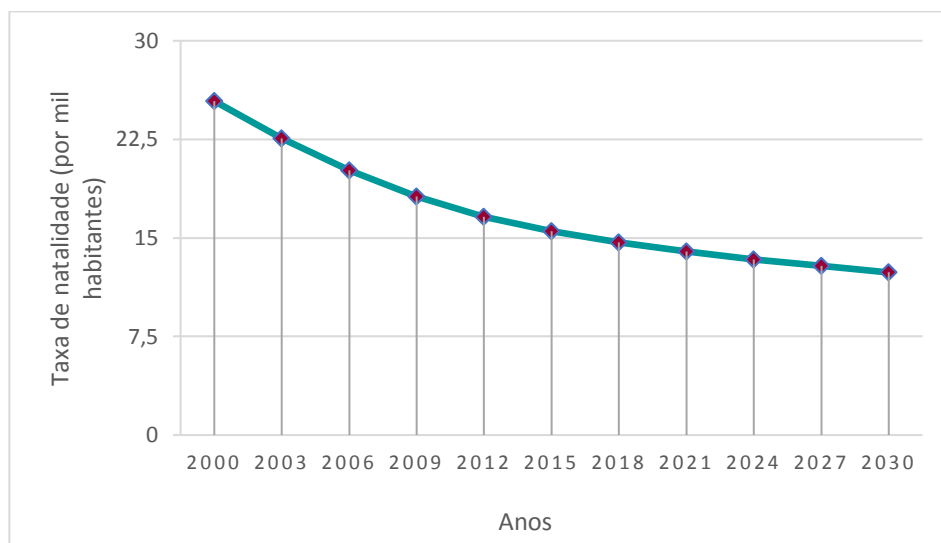
Cabe mencionar que a escolha de Ártemis e Atena pela contracepção não ocorrera de forma insólita, parte, na verdade, de um movimento de mudança nas últimas décadas no padrão de maternidade no país, ocasionado, principalmente, pelo planejamento familiar e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, atividades que, por sua vez, têm contribuído para o declínio da taxa de natalidade brasileira. (SCAVONE, 2001).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de filho/as por mulher passou de 4,5 em 1980 para 2,5 em 1996. No censo demográfico realizado em 2013, a instituição constatou um declínio de 18,6% na Taxa Bruta de Natalidade (TBN) nacional no período de uma década. O órgão demonstrou ainda, em números reais, que a TBN por mil habitantes do país passou de 20,86 no ano 2000 para 14,79 em 2015, ou seja, o número médio de filhos por mulher caiu de 2,39 para 1,72 no referido intervalo de tempo (IBGE, 2017).

O censo elaborado pela citada instituição de análise propusera também a interpretação da natalidade de acordo com a realidade de cada estado brasileiro. Neste sentido, o IBGE buscou evidenciar o movimento não linear da TBN desde os anos 2000, bem como realizar uma espécie de projeção desta variável para os próximos 13 anos. No caso de Sergipe, observa-se que o estado acompanhou o movimento de declínio do destacado índice, assim como no restante

do Brasil, entretanto, seus valores se apresentaram acima da média nacional. O gráfico 4 ilustra esta realidade.

Gráfico 4 - Taxa Bruta de Natalidade em Sergipe



Fonte: IBGE, Projeção da população de Sergipe - 2013.

Observa-se que no ano 2000 o índice de natalidade sergipana correspondera a 25,41, enquanto em 2015 declinou para 15,5. Quanto ao número médio de filhos por mulher, Sergipe apresentara 2,87 no ano 2000, e caíra para 1,76 em 2015 (IBGE, 2017). Como já destacado, apesar do estado acompanhar a redução da taxa de natalidade, sua média permanece superior quando comparada com a média brasileira.

Para entendimento deste fenômeno, é necessário se considerar as mudanças ocorridas em nível social, econômico, político e, principalmente, cultural da modernidade, uma vez que, a mudança no comportamento feminino nas últimas décadas, fornece elementos importantes para explicação do declínio na taxa de natalidade. Esta lógica deve ser entendida na perspectiva que:

Para a maioria, uma vida sem filhos é impensável, mas nem por isso elas estão prontas a sacrificar a independência financeira, a vida social e de certo modo de afirmação pessoal. Nos últimos trinta anos, a criança é programada cada vez mais tardiamente. A idade média do primeiro filho fica em torno dos 30 anos, depois dos estudos, adquirida formação, encontrando um bom trabalho e um companheiro estável. *Tantos pré-requisitos que deixam a criança para mais tarde... ou nunca.* (BADINTER, 2011, p. 147, grifo próprio).

A assertiva da autora se torna elucidativa ao observarmos, por exemplo, o discurso de Ártemis e Atena ao justificarem o porquê do retardo para exercício da maternagem e da

maternidade, uma vez que, para estas mulheres a condição de infértil/estéril fora desconhecida durante a maior parte de suas vidas.

Assim, foi depois que a gente já estava estabelecido. A gente disse: só vai ter filhos quando a gente já estiver com a vida estabelecida [...]. Então a gente foi começar a tentar bem tarde, depois que já tinha doutorado, que os dois já estavam empregados (ATENA)

Eu sabia que você gerar tem todo aquele processo né? Nove meses, amamentação, resguardo. E aquilo tudo na minha cabeça, no meu jeito de pensar iria me parar, e eu não gostava muito de viver parada. Eu sempre trabalhei muito, sempre gostei de estudar, nunca gostei de ser muito dona de casa, nunca foi muito minha praia ficar dentro de casa, e cuidar de um bebezinho exige muito [...]. (ÁRTEMIS)

Nota-se por meio do relato das entrevistadas que parir (maternidade) e zelar (maternagem) uma criança, não é atualmente a centralidade da existência feminina como fora durante parte do século XIX. Aos séculos sucessores, as mulheres desenvolveram outras aspirações que ganharam notoriedade e primazia em suas vidas. Assim,

Desde que as mulheres controlam a reprodução, estudam, invadem o mercado de trabalho e reivindicam a liberdade financeira ou uma carreira, a maternidade não é mais uma evidência natural, mas um problema. Embora uma minoria rejeite filhos, a verdadeira revolução está presente, pedindo a redefinição da identidade feminina. (BADINTER, 2011, p. 163).

A se tratar de controle de reprodução, observa-se ainda que de todas as entrevistadas apenas Atena recorreu a tratamentos clínicos para engravidar.

[...] aí o problema é a idade, porque quando a gente foi tentar eu estava com 42 anos, estava no limite, quer dizer, quando a gente foi fazer a fertilização eu estava com 42, eu tinha 38 quando engravidei a primeira vez, porque antes disso a gente nunca pensou em ter. [...] assim, tinha aquela expectativa né? Mas foi tranquilo [...]. Eu só procurei um médico e tentei três vezes a fertilização, e foi assim, uma atrás da outra, porque eu já estava com 42 anos. Aí ele falou que 42 anos era o limite que ele falava para as pacientes dele que fazia, porque depois era mais difícil ainda. (ATENA).

Contempla-se na fala de Atena o exercício da maternagem planejada, devidamente arquitetada aos seus projetos de vida. Entretanto, a entrevistada destacou também as limitações biológicas que colocam a mulher em um necessário confronto de escolhas, quando:

A fibra materna desperta preguiçosamente entre os 35 e os 40 anos. O relógio biológico força as mulheres a escolher, e por vezes se tem a impressão de que é a exigência da idade e o medo de perder a possibilidade de ser mãe que determinam as

mulheres a procriar mais do que o irresistível desejo de filho. (BADINTER, 2011, p. 32).

Contudo, se para Ártemis e Atena a condição de infértil/estéril não as submetera aos estigmas sociais, pelos motivos já descritos anteriormente, Deméter, por sua vez, revelou os aspectos conservadores e regressistas presentes na maternagem, bem como padrões de maternidade tão utilizados no passado, mas que sobrevivem na atualidade.

Diferentemente das duas primeiras entrevistadas, Deméter desde a adolescência tomara conhecimento de sua dificuldade biológica para reprodução. Aos 17 anos fora informada por um médico especialista que dispunha de útero hipotrófico¹⁴. Para Deméter, a condição de infértil/estéril foi tratada como um problema que, em diversos momentos de sua vida, transformara-se em um obstáculo para construção e manutenção de seus vínculos afetivos.

Aí eu ficava assim: meu Deus, como é que eu vou casar com esse problema? Aí eu ficava pensando, né? Eu tenho que dizer, e aí foi o que eu fiz, eu contei para ele (esposo) e mesmo assim, aí ele aceitou [...]. Olhe para mim *foi muito doloroso*, porque assim, eu tinha esperança. Mas logo quando ele (médico) falou que não ia mesmo dar, foi muito desgastante a nossa relação. A relação desgasta mesmo pela falta, né? Então é aos poucos que vai caindo a ficha, que você vai ficando sem esperança e vem aqueles problemas. Mas assim, porque geralmente o homem ele quer ser pai, né isso? E quando acontece isso desgasta muito a relação. (DEMÉTER).

Observa-se nesta fala que Deméter retoma vários aspectos elucidados ao longo deste trabalho por meio da literatura utilizada. Apesar dos avanços socioculturais e políticos alcançados pelas mulheres nos últimos dois séculos, a figura feminina ainda convive com dilemas não superados relacionados ao seu comportamento. Dessa forma, “a questão da reprodução ocupa um lugar significativo numa sociedade onde a validação da identidade social é formada pela construção cultural de gênero de papéis.” (STRAUBE, 2007, p. 51).

Deméter referenciara sua condição de infértil/estéril como um problema, e a culpabilizara por uma fase desgastante de sua relação conjugal, salientando, inclusive, as implicações que esta acarretara. Contemplando o discurso de Deméter diante do processo de conhecimento e vivência da infertilidade/esterilidade, nota-se que:

As mulheres associam-na à vergonha, culpa, inadequação, falha, qualidades negativas, incompletude, o que as leva a se sentirem desvalorizadas, anormais, incompletas e não totais, incapazes de ter uma família completa. [...] a experiência da

¹⁴ De acordo com a ginecologista Sheila Sedicias (2017, s/p), o útero hipotrófico “[...] é uma má formação congênita na qual o útero não se desenvolve completamente durante a vida da mulher, mantendo o mesmo tamanho que apresentado durante a infância”. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/utero-infantil/>>. Acesso em: 16 de set. de 2017.

infertilidade é vivida como *estigmatizante*. (SEGER-JACOB, 2000; TUBERT, 1996, apud STRAUBE, 2007, p. 51, grifo próprio).

Partindo desta lógica, tem-se, em Deméter, a interiorização do estigma. Seu relato evidenciou em distintos momentos algumas percepções de inferioridade, isto porque: “o indivíduo estigmatizado, a partir dos padrões incorporados da sociedade maior, torna-se suscetível aos outros, percebendo-se numa escala abaixo do que realmente deveria ser, passível de discriminação social” (STRAUBE, 2007, p. 50).

Os ditos aspectos estigmatizantes puderam ser evidenciados na exposição de Deméter ao responder a seguinte pergunta do roteiro proposto: *você já se sentiu inferior a outras mulheres por sua condição de infértil/estéril?* A fala da entrevistada demonstrou uma espécie de não-adequação aos padrões sociais indispensáveis à existência do ser feminino.

Algumas vezes eu já me senti. Eu me sentia assim, incapaz nessa parte. Era muito doloroso saber que eu tinha esse problema e que eu não era capaz de engravidar. Então eu me sentia um pouco sim inferiorizada. Mas que hoje eu superei isso tudo, depois que ela (filha) chegou, foi uma mudança, mudou bastante, tudo foi mudado, e graças a Deus mudou tudo e já não penso mais como eu pensava ante. Mas antes eu pensava. (DEMÉTER).

O estigma é compreendido por Deméter como forma de prejuízo, para esta mulher, a condição de infértil/estéril a coloca numa condição de descrédito social. De acordo com Straube (2007), este é um processo de construção cultural, uma vez que, a infertilidade é uma condição biologicamente diagnosticada, mas também é algo socialmente qualificado. Assim:

A construção da identidade do estigmatizado se opera pela aprendizagem do estigma, ou seja, pela incorporação de crenças veiculadas pela sociedade a respeito do que é identidade e do que é estigma. Os padrões de resposta do estigmatizado vão desde o acobertamento, quando busca manipular os contatos sociais ocultando o que é considerado estigma, até a não aceitação da diferença, que o leva a definir-se como não-diferente, embora sua rede de convivência afirme sua condição estigmatizadora. (STRAUBE, 2007, p. 50)

Os chamados padrões de resposta destacados pela autora e também analisados por Goffman (2004) são motivados pela insegurança do estigmatizado, uma vez que, este teme saber se será aceito pelo grupo social ou se será percebido unicamente pelo atributo que lhe estigmatiza, neste caso, a infertilidade/esterilidade. É esta busca por padrões de respostas que, integra uma das principais motivações para a construção deste trabalho, ao se notar sua evidência diante do universo pesquisado.

Em análise, por exemplo, a fala anterior de Deméter, identifica-se posicionamentos distintos face a sua condição de infértil/estéril: “[...] *eu não era capaz de engravidar. Então eu me sentia um pouco sim inferiorizada. Mas que hoje eu superei isso tudo, depois que ela (filha) chegou, [...] mudou tudo e já não penso mais como eu pensava antes. Mas antes eu pensava*”. Observa-se que a entrevistada toma o processo de inferiorização condicionado à ausência da maternagem, uma vez que, com a chegada de sua filha passara a dispor de uma nova concepção sobre sua condição de infértil/estéril. Neste sentido, infere-se que Deméter reforça um tipo de feminilidade hegemônica, no qual a maternagem, mesmo não condicionada a maternidade, isto é, mesmo não oriunda da reprodução biológica, “[...] *permanece como marco definidor do ser mulher*” (REIS, 2008, p. 11, grifo próprio).

O discurso de Ártemis, Atena e Deméter evidencia uma heterogeneidade diante das percepções sobre a condição de infertilidade/esterilidade. Intrinsecamente a estes posicionamentos, observou-se a relação diversa sobre suas aspirações em maternar. Se para Atena e Ártemis a citada condição não interferira no desenvolvimento saudável de suas vidas, para Deméter, a figura da mulher infértil/estéril fora por quase toda sua vida marcada pelas vias da estigmatização. O mesmo ocorrera com o processo de maternagem, enquanto as duas primeiras entrevistadas intentaram outras prioridades em suas vidas que não o papel de mãe, a terceira necessitava deste processo no intuito de não mais ser qualificada como diferente no seu meio social. Portanto, essas distintas abordagens sobre infertilidade/esterilidade e, consequentemente, maternidade e maternagem, devem se relacionar entre si, uma vez que,

[...] o característico de nossa época é a diversidade das escolhas. Entre as que sonham em se dedicar a uma família numerosa, as que querem filhos e uma profissão, as que não os querem absolutamente, e as infecundas que desejam um filho a qualquer preço, é forçoso constatar que a maternidade é apreendida e valorizada de modos bem diferentes. (BADINTER, 2011, p. 32)

5.3 Casamento e Familiares

Retomando uma das hipóteses que originara este estudo, a saber: *o filho é um elemento fundamental, na vida de uma mulher adulta, para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento*; tornou-se necessária a abordagem destas instituições (casamento e família) no contato com as mulheres entrevistadas, uma vez que, todas se encontram casadas há mais de 18 anos.

Contudo, para relacionar o discurso de Ártemis, Atena e Deméter com as instâncias propostas neste tópico, faz-se necessário, brevemente, retomar aos conceitos das referidas

instituições no intuito de evidenciar que estas são estruturas socialmente construídas a fim de atender interesses específicos de cada época e região na qual se inserem, como foi destacado em capítulos anteriores deste trabalho.

O significado popularizado atribuído a família ou casamento, de acordo com Badinter (1985) foi originado durante o século XVIII e não procedera da aristocracia ou da teoria eclesiástica, mas sim da nova classe ascendente: a burguesia. Assim,

Hoje no Ocidente, entendemos família a partir de laços de consanguinidade, afinidade, corporatividade, sistema de moradia e sistema de atitudes, dentre outros aspectos. O modelo anterior baseado na soberania paterna e tradição cristã foi desafiado a partir do século XVIII, incentivado pelas transformações da burguesia, pela irrupção do feminismo, pela ênfase na maternidade e na infância, e pelo consequente declínio da figura paterna [...]. A nuclearização da família avançou, passando a se constituir num espaço privado a serviço dos indivíduos, como se à família moderna coubesse o papel de substituir as antigas relações sociais desaparecidas. (STRAUBE, 2007, p. 58)

As definições a respeito da família também foram e ainda são influenciadas pelo discurso de Rousseau, principalmente após o século XX, quando sua teoria adquirira ênfase por intermédio da psicanálise freudiana (BADINTER, 1985). Através da mídia, do meio profissional e do discurso de outras instituições, tem-se, na atualidade, a vigência dos preceitos rousseauianos por meio da imposição de um padrão de se construir e viver família. Valendo-se dos escritos de Gomes (1988 apud STRAUBE, 2007), por exemplo, encontramos determinações da composição familiar que remetem à idealização da instituição família sem considerar as razões subjetivas e variáveis que as acompanham, isto porquê, para este autor a família corresponde a:

Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida a partir do modelo pai-mãe-filhos estável. (Ibid., p. 57).

Apesar de Badinter (1985) e Straube (2007) enfatizarem o predomínio dos conceitos rousseauianos, torna-se necessário salientar a influência dos princípios cristãos, haja vista sua predominância na cultura ocidental.

A Teoria do Criacionismo, por exemplo, tem significativa aceitação social. No cristianismo, a criação do mundo, do homem e da mulher é narrada no livro de Gênesis. Entretanto, diversos são os trechos bíblicos que dispõem de narrativas sobre a constituição e

função de um núcleo familiar¹⁵. Assim, a título de análise, observa-se o exposto do referido livro: “sede fecundos e prolíficos, enchei a terra e dominai-a [...]” (A BÍBLIA, 1996, p. 03). Infere-se que, a doutrina familiar cristã, apesar de se guiar por outra filosofia, não apresenta acentuada oposição à proposta de Rousseau. Nesta lógica, supõe-se que restringir a definição exata de família aos conceitos do referido filósofo ou a citada passagem bíblica, consequentemente, não caracterizaria a relação construída entre Atena, Ártemis e Deméter com seus filhos adotivos como a formação de família.

Assim sendo, o conceito de família a ser discutido nesse estudo partiu da definição abordada por Miotto (1997), a qual considera a instituição uma produção social historicamente construída e relacionada com a conjuntura na qual se insere. Abordar esta perspectiva descarta, desta forma, os modelos cristalizados. Assim, a família:

É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (MIOTTO, 2010, 167-168).

Essa visão ultrapassa a naturalização familiar, segundo a qual determinada estrutura (família nuclear)¹⁶ é entendida como ideal e guia-se, na verdade, pela lógica histórica de haver distintos tipos de família. Portanto, considera-se a pluralidade de núcleos familiares, os quais devem ser entendidos como associações de pessoas que escolhem conviver por motivos afetivos e assume um compromisso de cuidado mútuo (TEIXEIRA 2010 apud STRAUBE, 2007).

Estas definições quanto à formação da família dispõem de um caráter explicativo voltado para compreensão das falas de Atena, Ártemis e Deméter quanto a temática. Ao momento da realização das entrevistas, as mesmas mulheres relataram dispor de uma relação harmoniosa para com seus companheiros e demais familiares.

Atena fora sucinta e pontual ao expor sua relação com o cônjuge e sua família. Destaca-se que Atena é a única dentre as entrevistadas que reside em Aracaju apenas com seu marido e filhos, os demais membros de sua família são todos domiciliados em outro estado. Salienta-se ainda que, Atena não compartilhou da sua condição de infértil/estéril com familiares ou meio social pertencente justificando não sentir necessidade da exposição, uma vez que, até então,

¹⁵ Marcos 10: 6-9; Gênesis 27:29; I Coríntios 7:3; Salmos 127: 3-5; entre outros.

¹⁶ Família composta pelo casal, homem e mulher, com seus filhos e/ou filhas e com papéis predefinidos (KRUCZEWSKI; MARIANO, 2014)

encontrar-se grávida não era uma prioridade em sua vida. Contudo, revelou que seu esposo sempre soube e fora compreensível com a situação.

Diferente de Atena, Ártemis e Deméter evidenciaram a condição de infértil/estéril bem como as escolhas referentes a maternagem para todos seus familiares e amigos próximos, e passaram a receber destes as mais diversas reações¹⁷.

Ártemis relatou priorizar a cumplicidade e o respeito na sua relação conjugal, e por isso não omitiu suas aspirações sobre a maternagem tampouco sobre sua condição de infértil/estéril ao seu companheiro e demais familiares, inclusive aos amigos íntimos.

[...] quando se é casada, e graças a Deus muito, muito, muito bem-casada, a gente sempre teve uma vida de namoro, embora a gente tenha 22 anos de casados, a gente parece um casal de namorados, graças a Deus. Então, a gente sempre foi muito amigo, muito cúmplices, então tudo eu dividia com ele. (ÁRTEMIS).

A entrevistada afirmou que seu esposo sempre fora compreensível quanto aos seus posicionamentos face a maternagem. Entretanto, Ártemis relatou que os discursos reproduzidos no seu meio social a respeito de suas aspirações, divergiam.

[...] e aí, eu acho que nunca tive vontade de engravidar pelo trabalho. Eu não queria, na verdade, parar de trabalhar, eu achava que a gravidez exigiria isso de mim, entendeu? E por uma questão de comodismo mesmo. *Teve uma amiga minha que disse assim: você é muito egoísta!* Eu disse: ah, e daí? Todo mundo tem alguma parte de egoísmo, então eu não querer ter aquele desejo de gerar, eu acho bobagem. Cada um é de um jeito, eu nunca encuquei com isso [...]. (ÁRTEMIS).

Ressalta-se que a observação da amiga de Ártemis, remete, aos pressupostos de Rousseau reafirmados por Freud quanto a definição da natureza feminina, uma vez que, para estes, de acordo com Badinter (1985), a definição da natureza feminina implica todas as características de uma boa mãe assim. Assim: “[...] enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral”. (BADINTER, 19885, p. 237).

As manifestações de repreensão sobre os posicionamentos de Ártemis se intensificaram com o matrimônio. Quando questionada, por exemplo, se *já sofreu recriminação por não querer gestar uma criança*, a entrevistada relatara:

Depois que eu casei, sim. Depois que eu casei todo mundo sempre me olhou com olhos estranhos, né? Porque eu falava que não tinha o sonho de botar um bebê aqui no meu peito. Eu sei que é o sonho de muitas mulheres, elas sonham, ficam ali com o

¹⁷ Buscando respeitar a estrutura proposta neste trabalho, os aspectos relacionados ao processo de adoção serão expostos no tópico posterior.

bebê, é o sonho delas amamentar. Gente, se isso nunca foi meu sonho, e daí? Não me considero diferente por isso, não. (ÁRTEMIS).

Os questionamentos sobre suas aspirações se acentuavam no contexto intrafamiliar:

Eu nunca me senti rejeitada, só que, por exemplo, todas as mulheres da família gestaram, todas, todas. Eu era a única, esses anos todos, que não tinha e nunca senti falta por não ter. Então eu ia para todos os lugares, festas, encontros, e não me sentia estranha, todo mundo olhava para mim normal, e só sempre a mesma pergunta: tem vontade não, Ártemis? Eu dizia: não. Nunca fui rejeitada por isso. Minha sogra falava: é estranho né, você não ter filhos nem querer? Eu respondia: pois é, mas eu sou assim, e seu filho não está nem aí! (ÁRTEMIS)

Ao ser indagada quanto a pergunta proposta no roteiro: *você já se sentiu inferior a outras mulheres por ser estéril/infértil?* Ártemis respondeu elucidando um episódio marcante para si:

Inferior não seria bem a palavra. Diferente, inferior, não! Mas eu era diferente. Não me senti inferior porque, como eu disse, não era uma aspiração minha. Eu tenho uma amiga que teve duas meninas, aí quando ela engravidou da primeira, beleza! Quando ela engravidou da segunda, ela não queria me dizer. Aí um dia, a gente conversando, aí eu: pera aí, você está grávida? Ela toda sem graça disse: é, parece que estou de novo. Nossa, eu fiz uma festa, fiquei toda feliz, ela olhou bem para mim e disse: você está feliz mesmo? Eu respondi: estou, por que? Você não está? Ela respondeu: nossa, você não sabe o receio que eu estava de contar para você. Eu disse: por que? Ela disse: ah, Ártemis, eu achei que você ia ficar um pouco triste. Sei lá, acho que você também tem desejo e engravidar. Eu respondi: querida, isso nunca foi meu sonho de consumo! Isso nunca foi meu grande sonho, se eu engravidar, é porque foi Deus quem quis, exatamente vontade dele, mas não é o meu sonho. [...] eu vivi uma história, para você ver como as pessoas pensam que a gente é, e a gente não é. Eu não era, eu não era encanada, essa é a palavra. (ÁRTEMIS).

Observa-se que as indagações dirigidas à Ártemis através de seus familiares e amigos íntimos não se relacionavam, diretamente, com a condição de infertilidade/esterilidade da entrevistada, uma vez que, até então, esses a desconheciam. Nota-se que, na verdade, que os questionamentos eram voltados às próprias decisões de Ártemis como mulher e possível sujeito histórico livre. Torna-se manifesto assim:

[...] um olhar sobre a mulher, congelado na maternagem, no zelo, no cuidado. [...] um olhar limitado, limitante, carregado de ideologias, de preconceitos. Um olhar que preso a um passado onde mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não considera a autonomia, a inteligência e a competência como inerentes à existência feminina. (MOREIRA, 2012, p. 3224).

Os episódios que envolvem Ártemis também puderam ser vivenciados por Deméter, entretanto, cabe destacar alguns contrastes. Se para Ártemis a vivência do estigma social

(GOFFMAN, 2004) foi ocasionada em resposta às suas pretensões para com a maternidade, Deméter, por sua vez, foi estigmatizada em razão da própria condição de infertilidade/esterilidade, ou seja, enquanto a primeira vivenciou um processo de repreensão social por sua opção, a segunda deparou-se com uma recriminação, oriunda de familiares, por uma condição biológica, isto é, por algo que se encontra para além de suas aspirações, vivenciando assim: “[...] uma dinâmica vinda de fora baseada em preconceções formuladas rigorosamente, que constituem as bases da normatividade social e que o inscreve nos impasses da estigmatização social.” (STRAUBE, 2007, p. 03).

Torna-se válido destacar que de todas as entrevistas realizadas neste estudo, a participação do companheiro só ocorreu no caso de Deméter. De forma voluntária e inesperada, o cônjuge da entrevistada tomou a fala para si e espontaneamente narrou momentos instáveis de sua vida, junto à companheira, em virtude da condição de infertilidade/esterilidade da mesma:

Desde de 1993, quando eu vinha me envolvendo com ela, ela passou esse procedimento para mim e foi muito difícil. Eu pensei em desisti do casamento, mas minha mãe, que Deus a tenha em um bom lugar, sempre dizia: não é para deixar! E se o caso fosse com você? Então eu fui uma pessoa insistente por isso [...]. Eu morava em outro bairro e sai de lá exatamente por conta disso, porque fui morar perto de família e lá eu fui muito *perseguido* por causa desse problema de filho. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

O companheiro de Deméter afirmou que as relações familiares sempre foram fragilizadas em razão do casal não dispor de filhos, uma vez que, seus familiares eram incompreensíveis quanto a condição de infértil/estéril da entrevistada, e por diversas vezes a julgaram inadequada para o convívio marital com seu esposo.

Mas algumas pessoas da minha família ficaram contra o relacionamento. Diziam que eu ia *trabalhar para formiga*, aquelas coisas e tal. Eu enfrentei todo mundo. Eu disse: está nas mãos de Deus. Eu enfrentei todo mundo a favor dela, eu não queria ver ela triste [...]. Tinha uma festa de família, aí a gente chegava sem filhos, aí tinham muitos problemas. A gente sempre fugiu. Eu achava que não era para eu enfrentar essa *batalha*. A minha família vem de uma tradição de geração de muitos filhos, e eu ali no meio sem ter nenhum, está entendendo agora? Então eu tive que enfrentar essa *barreira* em prol dela e em prol da minha mãe que apoiou. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

O relato evidenciou uma série de preceitos já abordados neste trabalho, os quais, por sua vez, reafirmam a importância da discussão da temática tanto em nível de academia quanto em outros tantos espaços da sociedade civil. Observam-se também, outras falas do companheiro de Deméter que intensificam a relevância do tema, principalmente na exposição deste tópico:

Eu me sentia excluído porque eu tinha que enfrentar a *barreira* dela, porque as pessoas vêm de tradição, de ter seis filhos e acha que tem temos que ter a marca e não sei o que. Então tinha gente que tinha seis filhos e eu não tinha nenhum que eu chegava e me sentia excluído nesse local. Foi muito difícil, eu não vou negar, as vezes eu me esbarrava no copo de cachaça, passei muita dificuldade, mas sempre tive uma coisa comigo, eu nunca fui de traição, de dizer: eu vou fazer um filho fora porque minha mulher não pode ter, vou fazer um lá e trazer para dentro de casa. Isso nunca passou pela minha cabeça! [...] você está num certo local, aconteceu comigo uma vez, eu tive que levantar e sair triste pela pessoa dizer: que nada rapaz, sai daqui. Hoje em dia eu estou muito feliz porque eu não tinha a visão que tenho hoje, eu não pensava em crescer, eu não pensava em ter uma casa, porque tinha esse problema de filho. Quando chegava dia dos pais, dia das mães. Quando chegava dia dos pais eu não ia na igreja, eu ficava *envergonhado* com aquilo [...]. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

Cabe destacar ainda o trecho no qual o cônjuge da entrevistada relatou sua aproximação com medicamentos caseiros para tratamentos da infertilidade/esterilidade feminina. De acordo com o referido senhor, o mesmo tomou conhecimento de outros casais que dispunham de sua mesma condição e, através de terceiros incertos, souberam da suposta medicação. O companheiro de Deméter apontou ficar tentado em oferecer o tratamento a sua esposa, entretanto refletira e concluíra que:

Quer saber de uma coisa? Se trata de um ser humano, para que eu faça uma teimosia dessa e levar ela para fazer um tratamento desse e eu carregar uma sequela para o resto da vida. Não vai deixar eu trabalhar, não vai deixar ela trabalhar, e a gente precisa lutar para sobreviver, ou com filho ou sem filho. É melhor deixar ela como está, se o médico garantiu que ela está com saúde, então vamos para adoção! (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

Neste sentido, observam-se as projeções voltadas sobre as mulheres e seus corpos como se estes devessem atender, obrigatoriamente, as demandas socialmente produzidas. A condição de infertilidade/esterilidade parece ser vista pelo viés da cura, onde o corpo feminino, neste caso, necessita de ajustes para adequar-se à realidade programada. Nesta perspectiva,

Essa ideia do corpo máquina parece indicar uma nova dicotomia dos tempos modernos [...]. O corpo que não atende prontamente ao desejo de ter um filho é estranhado, tomado como um outro. Se o "corpo fêmeo" não atende à procriação, então, a máquina de fazer bebês precisa de reparo. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 184).

Chama-se atenção à razão na qual, por diversos momentos¹⁸, o cônjuge de Deméter fizera uso das palavras *barreira*, *problema* e *batalha* para se referir a condição de infertilidade/esterilidade de Deméter. Infere-se que nomear estas expressões para referenciar a condição de infértil/estéril da mulher, mesmo que de maneira involuntária, atribui um sentido pejorativo à citada condição. (MOREIRA, 2006).

Ao estudarem estes aspectos, Trindade e Enumo (2002) propuseram uma análise comparativa sobre a referenciação da infertilidade/esterilidade masculina e feminina e não identificaram, por exemplo, metáforas depreciativas como as utilizadas para referenciar as mulheres, as quais sempre estão ancoradas na associação simbólica da mulher-natureza, como: “tronco-oco”, “árvore sem frutos”, “árvore seca”, “terra árida”, entre outras que tão popularmente “[...] *comprovam a permanência do estigma da infertilidade feminina no pensamento social.*” (Ibid., p. 175, grifo próprio).

Nota-se até aqui os distintos processos vivenciados por Ártemis, Atena e Deméter em seus núcleos familiares respectivos. Entretanto, comprova-se que para a maioria das entrevistas a hipótese levantada nesta pesquisa, na qual *do ponto de vista histórico, existe uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a assunção do papel de mãe*, fora admitida em algum momento de suas vidas. Com exceção de Atena, as demais colaboradoras relataram aspectos trazidos por seus familiares que ratificam o pensamento de Motta (2015, p. 81), do qual compartilho: “a ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade “natural” de amar os filhos e deles cuidar, sem restrições”.

5.4 O Processo de Adoção

Inicialmente, este tópico foi programado para analisar as percepções das adotantes sobre as etapas que perpassam o processo de adoção. Através das falas das entrevistadas, objetivava-se pôr em evidência a importância dos profissionais diante dos referidos processos, enfatizando, principalmente, o papel do assistente social neste contexto, haja vista que este trabalho, em sua totalidade, foi construído como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Assim, apesar de não ser o foco desta análise e já dispor, quantitativamente, de significativas produções, a atuação do assistente social no campo jurídico, em particular, na política de adoção, incita debates reflexivos sobre o exercício profissional, uma vez que:

¹⁸ Apesar dos fatos evidenciados não serem apontados na fala da própria Deméter, torna-se importante destacar que durante toda abordagem de seu esposo, a mesma demonstrara um semblante afirmativo e corroborara com expressões, tais como: “*exatamente, isso mesmo, era dessa forma, etc.*”

[...] nos casos de adoção o assistente social atua diretamente nessa processualidade. Trata-se de um desempenho bastante complexo, em que o profissional é convocado sobremaneira para uma *performance* mais interventiva – diferentemente das outras demandas colocadas ao profissional na área da Justiça, em que opera principalmente como perito (com ênfase na elaboração de relatórios, laudos e pareceres). Assim, o profissional irá atuar junto às famílias de origem, com as crianças/adolescentes, nos processos para a tentativa de reintegração familiar e/ ou destituição do poder familiar, nos processos de avaliação e preparo dos pretendentes e, diretamente, nos processos de adoção. (GOES, 2014, p. 87).

Contudo, o discurso da maioria das entrevistadas, neste sentido, não forneceu elementos passíveis de discussão. Com exceção de Ártemis, as demais foram sucintas e pontuais ao referenciarem os estágios da adoção e a atuação dos profissionais. Assim, Deméter e Atena julgaram a avaliação realizada pela equipe como algo positivo e esclarecedor, não estendendo suas falas. Em contrapartida, Ártemis ampliou este discurso e alegou que:

Tudo pelo Juizado para mim foi maravilhoso! Tudo que falavam, que era demorado, que era burocrático, que era não sei o quê. Eu não achei nada disso, eu achei tudo muito bom, muito correto, gostei muito, entendeu? Foi realmente muito esclarecedor. Elas vinham direto, elas faziam visitas surpresas, antes e depois, principalmente depois, foram na escola das meninas. A gente teve a obrigação de fazer o curso. Eu achei o curso maravilhoso, muito pertinente. Depois tem toda a avaliação, né? Perguntam se você está bem, se está tudo bem, se você tem alguma dúvida, eles fazem tudo certinho para depois eles entregarem uma criança para você. *Eles estão te entregando uma criança*. Então eu achei que eles têm muito cuidado, muito cuidado antes de liberar, de soltar assim, de entregar, assim, para sempre, para que outra pessoa tome conta. (ÁRTEMIS).

Julga-se importante o destaque desta fala, uma vez que, denota o reconhecimento, por parte da usuária, de uma equipe comprometida em priorizar o melhor interesse da criança e do adolescente, ou seja, uma equipe que atua, de fato, na perspectiva de defesa do direito e da cidadania. Ao momento de ofensiva neoliberal, na qual prioriza-se o desmonte das políticas sociais e o sucateamento dos serviços públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), identificar profissionais enredados pela lógica de preservação do direito da criança e do adolescente, se traduz em conquistas na conjuntura contemporânea¹⁹. Desta forma,

No âmbito político-profissional, as entidades da categoria vêm evidenciando esforços memoráveis na disseminação de uma concepção de direitos sintonizada e orientada pelo projeto ético-político profissional, seja pela via da organização coletiva e articulação com movimentos socais, seja pela realização de debates e socialização de informações, seja pela inserção nos espaços coletivos de controle

¹⁹ Balizados pelo Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8.662/93 e pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996, os profissionais têm buscado estratégias para estabelecer o projeto de uma sociedade justa e igualitária, buscando, neste sentido, uma outra forma de sociabilidade (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

democrático das políticas sociais que materializam direitos, seja, por fim, *pela via do acompanhemos e qualificação da intervenção profissional nos espaços sócio-ocupacionais*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 194, grifo próprio).

Todavia, apesar das entrevistas não atenderem ao objetivo inicialmente pensado para este tópico, as falas de Ártemis, Atena e Deméter apresentam outros aspectos que, por sua vez, não poderiam deixar de serem aqui expostos. Para tanto, torna-se necessário recordar que o recorte proposto para o desenvolvimento desta pesquisa, atendeu à algumas características em comum apresentadas pelas entrevistadas, as quais, por sua vez, foram evidenciadas na sessão introdutória deste trabalho, na qual narrou-se a metodologia utilizada. Assim, importa frisar que uma das particularidades elencadas para seleção das entrevistadas, foi a vivência da maternagem, pela primeira vez, através da adoção e a condição de infertilidade/esterilidade que estas mulheres dispõem.

Como já fora destacado anteriormente, a procura pela adoção ocorre, na maioria dos casos, quando se anulam as possibilidades de reprodução natural, quando as concepções via TR não alcançam êxito ou quando há insuficiência de recursos para arcar com estas. Com exceção de Ártemis, que desde sua infância planejaou a adoção, as demais entrevistadas só recorreram a filiação sociafetiva após confirmarem o diagnóstico de infertilidade/esterilidade.

Até ele (médico) passou alguns medicamentos, hormônios, ainda iniciei, mas não resolveu nada: quando eu fazia o exame, o ultrassom, para ver se tinha alguma mudança, eles diziam que continuava do mesmo jeito. Aí foi quando assim, já tinha uma certa idade, já via que não tinha condições de mudar, aí foi quando eu pensei em partir para adoção. (DEMÉTER).

Em 2012 a gente procurou o Juizado né? Porque a gente vinha tentando, tentando, e não conseguimos. Fizemos 03 fertilizações. Aí nós fomos no Juizado e eles explicaram para a gente como era todo o processo, que tinha que participar lá do curso, aí nós participamos e depois fizemos as outras coisas que tinha que fazer [...]. (ATENA).

Ártemis, como destacado, projetou a maternagem via adoção antes mesmo de tomar conhecimento sobre sua condição de infértil/estéril. Para a mesma, o processo de adoção só foi retardado em virtude da não aceitação de seu marido.

Eu tinha esse desejo desde de mocinha. Eu tinha o desejo de adotar uma criança desde menina, criança, ainda, adolescente, depois jovem, esse desejo sempre foi um desejo meu. [...] Como ele era muito tranquilo em relação a tudo isso. Aí a gente foi levando a vida e os anos foram passando. Eu falava que queria (adotar) e ele falava que não queria. Aí mais para frente ele disse que queria um cachorro, ele falava: ah, vamos pegar um cachorrinho. Aí eu falava: não, se você quiser a gente pode adotar uma criança, mas um cachorro não. Aí ele: ah, não. Uma criança também não! Aí quando

foi um dia, a gente estava numa igreja e através de uma pregação do apóstolo, que é o nosso apóstolo, ele estava pregando e falou o seguinte: olha, *Deus fez o homem e a mulher, e o objetivo de Deus foi ter famílias, que o mundo tivesse famílias. Famílias envolvem filhos*. Se você ainda não tem um filho seu, natural, adote uma criança, porque você precisa deixar uma herança na terra! (ÁRTEMIS).

Destaca-se que Ártemis é cristã evangélica, consequentemente, adepta da teoria criacionista narrada pelo livro de Gênesis (A BÍBLIA, 1996), razão pela qual a entrevistada se mostra precisa ao afirmar: “*Deus fez o homem e a mulher, e o objetivo de Deus foi ter famílias, que o mundo tivesse famílias. Famílias envolvem filhos*”. Considera-se que no cotidiano de Ártemis, a religião²⁰ ocupa um lugar de primazia, a efeito disso, em diferentes momentos a entrevistada reportara às expressões: “*minha vida é toda regida pela palavra de Deus; e sou muito temente a Deus*”. Tais fatos justificam o momento oportuno no qual Ártemis e seu companheiro iniciaram o processo de adoção.

[...] então a pregação era mais ou menos isso, falando sobre nossa *responsabilidade de procriar para continuar tendo pessoas na terra*. Ai na hora eu falei: ah, agora ele vai sentir! E aí ele chegou para mim: e aí, amor, você tem mesmo vontade de adotar? Eu falei: claro que tenho, sempre tive. Aí começamos a conversar sobre isso e um dia a gente tomou a decisão, vamos! (ÁRTEMIS).

Esta narrativa corrobora com a análise de Pires (2008) que, ao estudar as imagens arquetípicas da mulher na atualidade, observou que a obrigação básica e sagrada da procriação, prevalece dentre todas as obrigações conjugais. Assim, Leite e Frota (2014), chamam atenção para estas percepções, buscando demonstrar os agravos que este tipo de imposição pode ocasionar aos indivíduos, uma vez que: “essa cobrança gera dificuldades e incômodo nos casais para lidar com seu grupo social, sendo necessário enfrentar a influência da família, dos amigos e da religião, que estimulam o desejo de ter filho.” (Ibid., p. 152). Infere-se então, que tanto a função pai ou mãe, não deve ser condicionada aos sujeitos através da imposição do meio social ao qual ele pertence. Contrariamente, deve ser compreendida como um processo de construção social diretamente relacionado a subjetividade que o engloba.

As entrevistas realizadas puderam evidenciar também que os processos de adoções estão acobertados por crenças e inseguranças referentes às crianças institucionalmente acolhidas. Entretanto, chama-se atenção ao fato de que, estas características foram apresentadas pelos familiares das entrevistadas e não pelas postulantes. Com exceção de Atena, as demais

²⁰ Esta variável só foi significativamente exposta por Ártemis, sendo este o motivo pelo qual não me propus a construir um eixo específico voltado a discussão do tema.

narraram fatos que denotam a visão equivocada de terceiros a respeito do processo de adoção:

Cobravam, que não ia chegar. Muitos diziam que nós demos *um passo errado*, que quando viesse não ia dar certo, assim, porque não era certo partir para adoção, porque a criança vem, assim, *não é o mesmo sangue*, vem com sangue de pessoas diferentes, que a gente não conhecia, que não ia saber como é que ia ser, o comportamento, que nós fomos bem corajosos depois que a criança chegou. Quando a criança chegou nós fizemos questão de mostrar para essas pessoas que deu tudo certo, que não aconteceu nada do que aquelas pessoas falaram que ia acontecer [...]. (DÊMETER).

Eu sempre deixei bem claro que eu tive vontade de adotar. E aí todo mundo falava assim: adotar, e ele vai querer? E realmente eu tive a rejeição de todas as duas partes da família: *a minha sogra, meus pais e todo mundo rejeitou, ninguém queria. A ideia da adoção era rejeitada, por todos* [...]. Quando eu surgiu a ideia da adoção que eu falei assim: a gente está pensando em adotar, aí geral foi: não, não.... Mas aí nossa firmeza foi tão grande que todo mundo só falou: deus abençoe vocês [...]. Muita gente tem vontade de fazer o que eu fiz, muita gente me fala isso, mas não faz [...]. (ÁRTEMIS).

A razão destes princípios, como aponta Camargo (2012), está diretamente ligada a valorização da consanguinidade, através da qual a filiação sociafativa tem um menor valor social em relação a filiação biológica, mesmo após o avanço na legislação brasileira, que prevê no parágrafo 6º do art. 227 da CF/88, a indiferença legal a respeito da parentalidade: “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” (BRASIL, 1998, s/p).

Essas particularidades da adoção apontam a necessidade de se discutir culturalmente a os próprios processos de adoções, uma vez que são balizados por conceitos que, em sua maioria, apresentam razões infundadas. Neste sentido, “pode-se dizer que a cultura familiar brasileira, em síntese, é marcada pelo temor em relação à prática da adoção [...]. Paramos no tempo e estamos enraizados e aprisionados por e numa cultura que valeria ser revista e ressignificada”. (CAMARGO, 2012, p, 26-27).

5.5 Maternidade e Maternagem

A discussão sobre a significância e aplicabilidade destes dois conceitos norteiam os rumos desta pesquisa desde a sua gênese. Através do levantamento bibliográfico, constatou-se que maternidade e maternagem são características aplicadas em diferentes situações: enquanto a primeira corresponde a fatores biológicos, a segunda se refere à construção social. Entretanto,

observou-se que ao longo da história estas duas definições foram condicionadas e essencialmente associadas a figura feminina.

Assim, cabe lembrar que este trabalho despontou a partir da indagação: *As mulheres que se encontram na condição de infértil/estéril e que adotaram filhos via Cadastro Nacional de Adoção no ano de 2015 em Aracaju/SE, priorizaram o exercício da maternagem?* Buscou-se, neste sentido, analisar as concepções destas mulheres sobre os conceitos narrados. No entanto, os relatos apresentados por Ártemis, Atena e Deméter, evidenciaram que a maternidade e a maternagem são conceitos trabalhados de forma análoga pela população.

Quando questionadas, por exemplo, com a pergunta: *como você compreende a maternidade e a maternagem?* Todas as entrevistadas fizeram o uso da expressão *como assim?* Tornando-se necessário elucidar para as participantes o emprego adequado à cada nomenclatura. Ainda assim, nenhuma das entrevistadas respondeu a indagação, demonstrando unicamente concordância quanto às distinções conceituais: *“é isso mesmo; exatamente; eu também vejo assim; etc”*.

Contudo, se neste aspecto todas evidenciaram consonância entre as falas, ao responderem os questionamentos finais do roteiro como a pergunta: *como você era antes e depois de ser mãe?*; todas as entrevistadas recorreram experiência distintas, apesar de disporem do mesmo tempo de maternagem, salvo o caso da assertiva *sou outra mulher*, utilizada pela maioria das entrevistadas para se autodeclararem após concluído o processo de adoção.

Deméter, por exemplo, ao expor sua vivência enquanto mãe destacou o discurso influente durante e pós século XIX sobre maternagem e família, evidenciando, desta forma, que séculos depois as definições taxativas a respeito da *mulher mãe* ainda não foram superadas:

É uma boa experiência para mim, né? Me adaptei, logo no início teve umas coisas para adaptar, para se acostumar, mas depois que acertou tudo para mim está sendo bom [...]. Hoje eu sou mais tranquila, meu comportamento ficou mais tranquilo, me sinto realizada, tenho assim, mais responsabilidade [...]. *Passei a me sentir realizada como mãe e como esposa ao mesmo tempo. Me sinto tranquila, me sinto realizada. Antes eu sentia um vazio, hoje assim, esse vazio foi preenchido.* Me sinto mais alegre, não me sinto mais assim, sozinha, porque o lar com a criança é um lar mais alegre. (DEMÉTER).

Observa-se que Deméter é enfática ao relacionar a maternagem com sua feminilidade. A expressão *“antes eu sentia um vazio, hoje assim, esse vazio foi preenchido”*, denota como a função mãe é determinante para a entrevistada na perspectiva de completude da feminilidade. Esta concepção não é insólita, ao contrário, ela é resultado de uma construção cultural nutrida

socialmente ao longo dos anos com práticas que reforçam a condicionalidade entre a realização do feminino e o exercício de maternar. A exemplo, observa-se que:

Desde muito novas as mulheres são socialmente convencidas de que ser mãe é necessário para se sentirem completas e realizadas, cabendo a elas a responsabilidade pelo sucesso dessa função. Nesse contexto, a maternidade ainda é, culturalmente, naturalizada, tanto como destino biológico, quanto como valor social inerente à consolidação da identidade feminina. (LEITE; FROTA, 2014, p. 153).

Em continuidade, Deméter referenciou sua condição de infértil/estéril sob duas ópticas: antes de ser mãe e depois de ser mãe. Para a entrevistada, a infertilidade foi vivenciada até o ano de 2015 como um problema, o qual somente adquiriu resolutividade após a chegada de sua filha por meio da adoção.

Hoje normalizou tudo. Tudo foi resolvido. *Preencheu o vazio*. Todos aqueles problemas acabaram. Hoje a infertilidade, não tem nada assim, para mim é uma coisa comum que não vem a ser um problema na minha vida [...]. *Hoje é uma vida nova, eu sou uma nova mulher*. Antes eu não tinha a responsabilidade de mãe, hoje é diferente. Tudo mudou. Mudou a aparência, o semblante. Antes era aquele semblante triste, preocupado [...]. (DEMÉTER).

Nesta mesma linha de análise bifásica, Ártemis se posicionou face a maternagem. Para ela, a mulher também pode ser definida partindo da mesma concepção: antes e pós maternação.

Uma mulher sem filhos, é uma mulher livre, mesmo casada ela tem uma vida diferente da mulher-mãe. Uma mulher-mãe ela é mãe, é outra mulher. A mulher solteira ou sem filhos é uma, que tem suas responsabilidades como mulher também, mas é diferente. *A mulher-mãe ela é mais completa, eu acho. Hoje eu vejo isso também. Completa em que sentido? Completa porque você vai fazer absolutamente tudo que uma mulher faz, que uma mulher tem que fazer, que é tomar conta das coisas e educar*. (ÁRTEMIS).

Observa-se que o *ser feminino completo*, tal como Deméter, também fora mencionado por Ártemis: “*a mulher-mãe ela é mais completa*”. O constante uso desse discurso, de acordo com Leite e Frota (2014, p. 158-159), deixa perceber que: “a visão idealizada da maternidade como algo sublime e como condição para que a mulher se sinta completa e realizada, continua presente no discurso da sociedade atual”. Nota-se, neste sentido, que o exercício da maternagem é priorizado para as entrevistadas no processo de definição e plenitude da feminilidade.

Em muitas sociedades, a identidade como mulher é determinada pelo fato de ser mãe. Nesta perspectiva, as mães podem ser classificadas de poderosas, particularmente em sociedades em que a mulher é reverenciada como doadora de vida, garantia da ligação

com os antepassados, portadora da cultura e centro à volta do qual gira a organização social. (TEIXEIRA, 2010, p. 50).

Contudo, se Ártemis e Deméter associaram primordialmente a maternagem ao reconhecimento necessário para afirmação de suas identidades, Atena, por sua vez, a relacionou aos encargos e sacrifícios que perpassam o cotidiano da mulher mãe. Assim, diferentemente das outras entrevistadas, Atena não se identificou como uma *nova mulher*, tampouco mudou suas concepções sobre a condição de infértil/estéril. Quando questionada sobre a experiência do papel de mãe, respondeu de imediato:

Ah, ser mãe assim, como eu te falei, né? *Cuidar de alguém, ter todos os cuidados assim, né?* É muito gratificante, principalmente para eles, né? Que vieram de lá [...]. Esses dias alguém estava aqui em casa que estava comentando: da barriga de quem que veio? Alguma coisa assim. Aí a menina (filha) falou assim: eu vim da barriga do abrigo. (ATENA).

Nota-se que Atena associa a maternagem, prioritariamente, às diligências necessárias para com os filhos, remetendo ao que Badinter (1985, p. 248) denomina de herança rousseuniana, onde a função mãe é entendida como: “[...] um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimento. Um real sacrifício de si mesma”.

A maternagem pós século XIX é entendida como um ofício de renúncias necessárias à figura feminina. A mulher mãe passou a ser socialmente cobrada quanto aos compromissos de sua nova atribuição, exigindo-se desta, empenho e dedicação integral. Ao responder, por exemplo, sobre as expectativas em torno da maternagem, Atena afirmou:

Assim, logo no início foi difícil para mim, sabe? *Porque eu não tinha muita paciência, na verdade, faltava ficar louca!* Porque lá eles tinham uma vida totalmente diferente, lá não tinha limites, lá não tinha regra, eles viviam lá parecendo uns bichinhos: tinham comida, davam banho, comiam de tudo. Viviam lá soltos! Aí quando vieram para cá que a gente pôs regras, foi bem difícil. (ATENA).

A entrevistada salienta as dificuldades encontradas ao início de seu contato com a maternagem. O destaque em sua fala remete a uma discussão assomada principalmente no decorrer dos últimos dois séculos, quando as mulheres saem da esfera privada para compor as estatísticas da vida pública, principalmente através do mercado de trabalho, como destaca Sá (2012).

Para a autora, o pressuposto de que as mulheres nascem aptas para a maternagem é uma assertiva da ideologia burguesa, uma vez que, este processo, na verdade, parte de uma

construção social que requer tempo e aprendizagem. Neste sentido, a autora destaca que o não entendimento desta lógica acaba, por sua vez, despertando diversas cobranças sobre a mulher mãe, sem necessariamente considerar as outras esferas do campo social ao qual este mesmo indivíduo pertence. Assim, exige-se da mulher o bom desenvolvimento tanto para na vida pública quanto na vida privada, ou seja:

Vivendo mutuamente imersa em valores modernos e tradicionais, a mulher deve mostrar que é competente não apenas naquilo que faz profissionalmente, mas que também desempenha um bom papel de mãe, mulher e esposa. Isso se torna muitas vezes uma condição para a sua saída da esfera privada. Ela deve procurar de qualquer forma ser aquilo que chama de super-mulher, caso isso não ocorra, é vista como incapaz de se moldar às novas exigências. (SÁ, 2010, p. 02-03).

Foi este o principal aspecto da maternagem apresentado por Atena, uma vez que, apesar de reconhecer e por alguns momentos salientar os laços fraternais, a entrevistada associa a maternagem muito mais ao dispêndio físico e emocional do que ao aspecto afetivo ou amoroso, por exemplo.

[...] ano passado, nossa, estava muito difícil para mim, *eu não estava mais aguentando!* Porque eu tinha que ir para o trabalho, vinha do trabalho e pegava ela (filha), meio dia e pouquinho, tinha dias que não dava nem para eu comer porque eu dava aula uma hora, aí uma hora eu já tinha que estar não trabalho de novo, aí tinha dias de levar ela na fono (fonoaudióloga) lá no centro. Aí eu desisti porque *eu não aguentei não* [...]. Semestre passado eu estava ficando muito estressada por causa disso, sabe? Era *muita responsabilidade só comigo*, mais comigo, aí eu falei para ele (esposo) que a gente tinha que dividir mais as tarefas porque eu estava ficando muito estressada *porque a responsabilidade toda mais em cima de mim*. Aí, esse semestre ele está mais flexível nos horários [...]. *Eu estava muito sobrecarregada*. (ATENA).

Atena denota vários aspectos vividos cotidianamente pelas mulheres mães, mas que fortuitamente adentram ao campo das discussões. Seu relato evidencia que mesmo com a expansão feminina no mercado de trabalho, as atribuições maternas vistas como intrínsecas ao ser feminino não foram substituídas. Apesar das mulheres adquirirem novos espaços sociocupacionais, estas competências não foram deslocadas ou comutadas, contrariamente, o processo resultara na verdade, na chamada dupla jornada de trabalho, onde além de exercerem atividades profissionais em diversos campos, as mulheres passaram a ocupar-se ainda com os cuidados maternos e, por vezes, domésticos dos seus respectivos lares. Neste sentido, o ser feminino sujeita-se a realizar:

[...] o inconciliável: ser mãe, esposa, governanta, administradora da comida, serviçal dos filhos e, ao mesmo tempo, profissional. Médica ou professora, engenheira ou

faxineira, haverá sempre um malabarismo, maior ou menor, para equilibrar a dupla jornada de trabalho ou, o que é pior, as jornadas superpostas, processo pelo qual a mulher vai e vem de uma esfera de trabalho para outra, ora atendendo clientes, ora resolvendo problemas dos filhos, ora levando- os ao dentista ou apanhando- os na escola, representando diferentes papéis sociais que lhe esgotam as energias. (WHITAKER, 1988 apud MOREIRA, 2012, p. 3227).

Conciliar a maternagem com as exigências do modo reprodução capitalista, no qual os indivíduos voltam-se prioritariamente ao universo do trabalho para sua própria subsistência, vem constituindo-se como um dos grandes determinantes para escolha ou renúncia da mulher mãe, principalmente porque recaem sobre estas as diligências essenciais para com os filhos.

[...] aí falaram que a menina eu teria que levar para o psicólogo. Aí eu disse: *eu não aguento!* Para tanta coisa, vai ter que ser por parte. Ou leva para uma coisa ou leva para outra, porque eu *não tenho condições*. Olhe, eu trabalho, *tudo dentro de casa quem faz sou eu*, a menina (diarista) vem uma vez por semana. Eu falava para ele (marido) que eu estava assim muito cansada, porque estava *tudo muito em cima de mim*, aí ele está me ajudando mais nesse negócio. *Se eu continuasse nesse ritmo dentro de casa, eu acho que eu não ia aguentar*. (ATENA).

O discurso de Atena se reporta aos diversos aspectos sobre maternagem expostos ao longo deste trabalho, e que ainda ressoam de maneira pontual as discussões sociais sobre a mulher mãe. Neste ínterim,

Presencia-se o discurso em torno da dupla jornada de trabalho, onde a mulher, ao executar seus diversos papéis, dentro e fora de casa, sentem-se cansadas, exaustas e muitas vezes até frustradas por não conseguirem “dar conta do recado”. Deste modo, cobranças e sentimentos se confundem entre práticas, obrigações morais e responsabilidades, principalmente no que se refere ao que ainda se percebe como sendo o ideal de um papel de mãe. (SÁ, 2010, p. 04).

Entretanto, a sobrecarga destinada às mulheres mães, não necessariamente estão ligadas somente a dupla jornada de trabalho, mas também a própria dedicação que elas exercem para com os filhos. Observa-se, por exemplo, o relato de Ártemis:

Depois que você é mãe, você já não vive mais para você. Cem por cento das suas 24h é dedicada a eles, entendeu? Quando você tem amor mesmo, quando você ama mesmo é cem por cento das suas 24h dedicada aos seus filhos. É assim que eu me vejo hoje [...]. Você quase não pensa em você. Então assim, tudo muda, entendeu? *Você não vive mais para você. Eu não vivo mais para mim*. E agora eu vivo em função delas. Tudo eu penso se vai ter para elas, se vai dar para elas, se vai ter para elas. Totalmente outra pessoa. (ÁRTEMIS).

Esta visão de devotamento e abdicação na maternagem, vem sendo nutrida desde o século XIX por discursos filosóficos, científicos e culturais que adquiriram expressiva adesão das próprias mulheres, ao momento que interiorizaram a maternagem sob a ótica de sacrifícios necessários para o desempenho do papel de boa mãe. Assim,

[...] esse trabalho de tempo integral a monopoliza totalmente. Cuidar dos filhos, vigiá-los e educá-los exige sua presença efetiva no lar. Totalmente entregue às suas novas obrigações, não tem mais tempo nem desejo de frequentar salões e fazer vida mundana. Seus filhos são suas únicas ambições e ela sonha para eles um futuro mais brilhante e mais seguro que o seu. (BADINTER, 1985, p. 211).

Este sentido da função materna que sobrepõem os filhos a todas as expectativas, acaba, por sua vez, antepondo-se à própria significância do ser feminino, uma vez que, a imagem da mulher é essencialmente encarada como a imagem da mãe, não pelo fato de ser ela a única com capacidade biológica para gestar um filho, mas por ser ela a encarregada de desenvolver tais atribuições à luz de um contexto ontológico, econômico e sociopolítico. Constata-se o fato, através das falas das entrevistadas ao responderem à questão posta no roteiro: *para você, o que significa ser mulher?* Com exceção de Deméter, as demais entrevistadas elucidaram respostas relacionando diretamente a mulher com a mãe.

A Eva ela deixou para nós um carma muito grande. *E assim, o papel da mulher... quando você é mãe você muda a cabeça, tá?* Antes de ser mãe você é uma mulher. Quando você é mãe você é outra mulher, totalmente outra. Então antes de eu ser mãe, eu era uma mulher normal, comum, eu achava que eu era muito masculina até. Eu gosto de rua, de trabalhar, de ganhar dinheiro, faço tudo em casa, mas assim, o serviço da casa é muito e você não ganha nenhum dinheiro por isso, eu não acho justo [...]. (ÁRTEMIS).

Ah, para mim é ser mãe. Só de você ter que cuidar de uma criança que estava lá e não tinha, né? O menino mesmo veio para cá para casa com dois anos e sete meses, mas ele foi para lá (abrigo) recém-nascido. Agora a menina não, a menina foi para lá já tinha dois anos. Quando ela veio para cá ela já estava com cinco anos completo [...]. (ATENA).

Estes discursos evidenciam a necessidade de se discutir o protagonismo feminino e a função materna como elementos dissociados, assim como os conceitos de maternagem e maternidade. Refletir sobre a função materna enquanto uma escolha ao invés de destino, é uma prática que demanda inserção e aceitação na sociedade, haja vista que a maternagem: “[...] continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza” (SCAVONE, 2001, p. 56). Superar estas premissas

constitui-se como uma prática da luta libertária feminina com a qual esta pesquisa buscou contribuir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivou-se desenvolver uma reflexão sobre as concepções de maternagem e maternidade entre as mulheres na condição de inférteis/estéreis que realizaram adoções via CNA no ano de 2015 em Aracaju/SE. Buscou-se, neste sentido destacar os limites e potencialidades deste processo, o qual envolve diversas questões, preconceitos e dificuldades, como demonstrado ao longo desta pesquisa.

Torna-se fundamental destacar a originalidade e a natureza inovadora que transcorreu este trabalho. Os aspectos que perpassam a adoção, a maternagem e a maternidade, bem como a condição de infertilidade/esterilidade feminina, raramente são abordados de forma concomitante. Relacionar simultaneamente estas temáticas é uma proposta que necessita expandir-se em torno do meio acadêmico, uma vez que se trata de um objeto significativamente amplo e oportunizador de diversas formas de exploração.

Na análise história sobre a inserção da mulher na sociedade datada após o surgimento do sistema capitalista, observara-se como as diversas demandas e padrões foram infligidos sobre a figura feminina no intuito de atender aos interesses econômicos e sociopolíticos da época. A idealização do amor materno como sentimento inato a natureza feminina, por exemplo, fora um princípio apropriado pelo grande capital para atender à sua lógica de reprodução, haja vista que, diante do capitalismo, operam-se as divisões entre as esferas públicas e privadas, cabendo ao Estado administrar as relações de produção, e à família as condições de sobrevivência. (SCAVONE, 2001).

Esta assertiva tem origem não apenas na propositura crítica ao sistema capitalista, o qual condiciona os indivíduos a viverem em detrimento da lógica de produção, mas sustenta-se também nos diversos acontecimentos que precederam a emersão desta nova ordem. Observara-se que anterior ao século XVIII, a vivência da maternidade e maternagem em nada se assemelha com a exaltação materna cometida nos dias atuais. Tinha-se, na verdade, uma expressiva indiferença das mães com suas proles, justificadas com a recusa do aleitamento, com a preferência do sexo e com o privilégio da primogenitura. Neste leque de predileções, insiste-se na propositura de Badinter (1985, p. 92, grifo próprio) ao indagar: “[...] nesse sentimento tão seletivo, onde fica o *amor materno*, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos?”.

Ao ser observada a partir de uma análise ontológica, contempla-se, na verdade, a valoração e vivência da maternidade e maternagem determinadas de acordo com a inserção das

mulheres em culturas e épocas específicas, e não a partir da sua capacidade biológica de reprodução.

O desconhecimento a respeito da significância de maternagem e maternidade, por sua vez, também redundava no equívoco de naturalizar o amor materno. O hábito de igualar ou condicionar estas duas categorias, acaba, nesta lógica, contribuindo para que uma relação socialmente construída seja vista segundo uma ordem biológica, inerente a natureza feminina.

Assim, este trabalho visou contribuir para a desmistificação da intrínseca relação entre maternidade e maternagem, considerando que a primeira se refere à procriação e a segunda ao âmbito socioafetivo. O discurso atualmente aceito sobre a naturalização destes dois conceitos, não tem ponderado o fato de que um, não necessariamente, está condicionado ao outro. À vista disso, as mulheres vêm sendo socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo às mesmas a carga primordial da função, uma vez que, se somente estas podem gestar, também são elas as pessoas mais apropriadas para criar os filhos.

Por estas razões, observou-se que o diagnóstico de infertilidade/esterilidade gera reações conflitantes entre as mulheres e desperta, em muitos casos, noções de inferioridade sobre si ao perceber que a realização da maternidade não está em seu poder. A exemplo, observou-se o caso de Deméter, a qual passara 54 anos de sua vida sentindo-se socialmente impotente pelo fato de não dispor de condições biológicas de reprodução.

As concepções de Deméter sobre si e sobre sua própria condição de infértil/estéril só se modificaram após a busca pela adoção como forma de alcance da figura materna. Contudo, este movimento de procura pela adoção por pessoas, em específico, por mulheres na condição de infertilidade/esterilidade não é infrequente, contrariamente, constatou-se que as adoções realizadas via CNA no ano de 2015 em Aracaju/SE, foram em sua totalidade, realizadas por mulheres nas mesmas circunstâncias.

Neste contexto, cabe destacar que o processo adotivo não pode ser visto como um artifício de reparação. A incapacidade ou inviabilidade de gerar um filho, por si só, não justifica a adoção, uma vez que esta integra um ato de alta complexidade e de relevante teor subjetivo, tendo como exemplo os dados apontados nesta pesquisa a respeito do CNA. Por meio destes, observou-se que a política nacional de adoção requer ressignificação no intuito de desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados historicamente e que ainda delimitam os rumos da filiação socioafetiva.

Contudo, perante o exposto, notadamente o “ser mãe”, ainda no século XXI é carregado por estereótipos de dedicação e amor incondicional, frutos da naturalização de um processo

socialmente construído. As mulheres que por opção, como Ártemis e Atena, ou por destino biológico, como Deméter, retardam ou não desenvolvem o ritual materno, incluindo a gestação, estão sujeitas à vivência de estigmas sociais que recriminam e denotam sentidos pejorativos às diferenças dos indivíduos.

Conclui-se que as premissas levantadas no início deste trabalho puderam ser ratificadas, uma vez que, de fato, do ponto de vista histórico, há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a condição do papel de mãe, explicada pela literatura escolhida. Além disso, efetivamente, a fala das entrevistadas demonstrara a imprecisão quanto à apropriação da significação social de maternagem e maternidade, o que contribui, neste sentido, para o equívoco do exercício destas duas atividades distintas. Não obstante, verificou-se que para algumas mulheres o filho ainda é visto como um elemento fundamental para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento.

Isto posto, destaca-se, enfim, que a razão principal deste trabalho pautara-se no princípio 1º do Código de Ética do/a Assistentes Sociais, segundo o qual é dever da categoria reconhecer: “[...] *a liberdade como valor ético central das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.*” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, grifo próprio).

Neste sentido, a finalidade deste trabalho não foi, em nenhum momento, prescrever quais as motivações devem levar o ser feminino a optar pela maternagem. Contrariamente, esta pesquisa, na verdade, versou sobre os fatores que não devem incidir sobre sua escolha, como a adequação a estereótipos, a subalternidade de gênero, a busca por uma aceitação social, a necessidade de condicionantes para reconhecimento da feminilidade, o receio em vivenciar estigmas, entre tantos outros aspectos que, quando associados, só descaracterizam o real significado da relação mãe e filho (a).

Assim, torna-se necessário por em evidência a condição das mulheres como possíveis sujeitos históricos livres, uma vez que, como destacara Badinter (2011), autora tão referenciada neste trabalho, não existem dois modos de viver a maternagem, mas uma infinidade, o que impede, com precisão, apontar-se para um *instinto baseado no determinismo biológico*. Neste sentido, desconstruir o equívoco do amor materno diante de uma sociedade ainda demarcada por heranças patriarcais e moralista, é uma incumbência coletiva e não somente uma prática da luta libertária feminina. Afinal, restringir esta função a uma única parcela populacional, só favorece a expansão do preconceito e da desigualdade de gênero.

Referências

A BÍBLIA. Gênesis. In: **BÍBLIA SAGRADA**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000, p. 03-40.

ALVES, Terciane. Só 1% dos pretendentes a adotar aceitam maiores de 10 anos. In: **Estadão**. Disponível em: < <http://emails.estadao.com.br/blogs/nossa-infancia/so-1-dos-pretendentes-a-adotar-aceitam-maiores-de-10-anos/>>. Acesso em: 10 ago. 2017

ARAÚJO, Laís Záu Serpa de. Aspectos Éticos da Pesquisa Científica. In: **Pesquisa Odontológica Brasileira**. [online]. v. 17, n. 1, p. 57-63, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pob/v17s1/a09v17s1.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2017.

ARIÈS, Philipe. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. In: **Política Social: fundamento e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Soleane Mazza Nunes. **Adoção tardia e Direito à convivência familiar na perspectiva dos profissionais do Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza – Ceará**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 76/2013, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. **Centro de Documentação e Informação**, Brasília: 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Encontros e desencontros da Adoção no Brasil: uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/imagens/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_adocao_brasil.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **Cadastro Nacional de Adoção – Relatórios de Dados Estatístico**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 12 set. 2017.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial a União**, Brasília, 24 de maio. 2016. Seção 1, p. 44,45,46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades de Federação**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Lex**: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de ago. 2017.

_____. **Nova Lei da Adoção**. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>. Acesso em: 27 jul. 2017.

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. A maternidade: destino e carga. **Pontos de Interrogação**, Alagoinhas, vol. 2, n. 1, p. 216-240, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.poscritica.uneb.br/revistaponti/arquivos/volume2-n1/17-A-MATERNIDADE-DESTINO-E-CARGA-revistaponti-vol2-n1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Mãe, a invenção da história. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013, p. 01-12. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/292978702_MAE_-_A_INVENCAO_DA_HISTORIA>. Acesso em: 15 out. 2016.

CORREIA, Maria de Jesus. Sobre a Maternidade. **Análise Psicológica**. Londres, v. 16, n. 3, p. 365-371, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311998000300002>. Acesso em: 24 de maio de 2008.

COVER, Maciel. Marxismo e metodologia da ciência social: aprendizados, limites e possibilidades. **Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 04., 2010. Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2010. p. 162-169. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/17_macielcover.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, Ana. **A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **O biodireito e as relações parentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, Alberta Emília Dolores. Criança não é brinquedo! A devolução de crianças e adolescentes em processo adotivo. In: **[Syn]Thesis**, Rio de Janeiro, v. 7, nº 1, p. 85-93, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/17350/12827>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2004. Disponível: <1988<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. **Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade**.

Pensando Famílias, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006>. Acesso em: 28 fev. 2017.

JORGE FILHO, Isac. **Caça às Bruxas ou preconceito de gênero?**. Disponível em: <<https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=292>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KRUCZEVESKI, Laís Regina; MARIANO, Silvana Aparecida. Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re)construção da teoria social e os estudos feministas. In: Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 03., 2014, Universidade Estadual de Londrina. **Anais...** Londrina, 2014, p. 01-08. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Lais%20Regina%20Kruczeveski%20e%20Silvana%20Mariano.pdf> Acesso em: 12 set. 2017.

LEBRUN, François. La vie conjugale sous l'Ancien Régime. In: **Dix-huitième Siècle**, n°9, p. 411-412, 1975. Disponível em: <www.persee.fr/doc/dhs_0070-6760_1977_num_9_1_1143_t1_0411_0000_>. Acesso em: 23 mar. 2017.

LEITE, Renata Ramo Queiroz; FROTA, Ana Maria Monte Coelho. O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica. **Abordagem Gestáltica**. [online]. v. 20, n. 2, p. 151-160, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672014000200002>. Acesso em: 10 jan. 2017.

MARX, Karl. **Capital y Tecnologia**. Manuscritos de 1861-1863. México: Terra Nova, 1980. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. In: **Estudo de Psicologia** [online], v. 14, n. 2, p. 113-121, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n2/a04v14n2>>. Acesso em 29 jan. 2017.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina: Ed. Uel Cortez, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./abr. 2010.

MIRANDA, Fernanda Eleonora; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A infertilidade feminina na pós-modernidade: entre o narcisismo e a tradição. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 39, p. 183-189, abr., 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/17994/16942>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

MOURA, Solange Maria Sabottka Rolim de Moura; ARAÚJO, Maria de Fátima Araújo. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MONTENEGRO, Carlos Antônio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge. **Rezende Obstetrícia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/guanabarakoogan/docs/amostras_de_paginas-rezende>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MOREIRA, Marília Cecília Gonçalves. **A violência entre parceiros íntimos: o difícil processo de ruptura**. Rio de Janeiro, 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, Rita de Cassia Costa. Mulheres, Educação e Maternagem. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 09., 2012, Universidade Federal da Paraíba. **Anais...** João Pessoa, 2012, p. 3220-3231. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.17.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, Solange Maria Sabottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006>. Acesso em: 28 fev. 2017.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser mulher na Idade Média. In: **Textos de história**. Revista do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília, v. 5, n. 1, 1997. p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

RAMOS, Denise Gimenez. Prefácio. In: PIRES, Valéria Fabrizi. **Lilith e Eva: Imagens arquetípicas da mulher na atualidade**. São Paulo: Summus, 2008.

RIEDE, Jane Elizabeth; SARTORI, Giana Liza Zarnado. Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. **Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 138, p. 143-154, junho/2013. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/138_354.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Caderno Pagu**. Pagu, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, v.5, n. 8, p.47-60, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004>. Acesso em 23 fev. 2007

SÁ, Érica Cristina de. Ao fogão: (re)valorização da maternidade intensiva e do trabalho doméstico. In: Fazendo Gênero, 09., 2010, Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis, 2010, p. 01-08. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277348275_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf>. Acesso em 17 set. 2017.

SCHETTINI FILHO, Luiz. **Pedagogia da adoção**: criando e educando filhos adotivos. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Eduarda Santos de. **A adoção intuitu personae em detrimento da ordem cadastral**: uma análise a partir do paradigma da socioafetividade. 2013. 98 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104356>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

STRAUBE, Katia Maria. **Da família pensada à família vivida**: estigma, infertilidade e as tecnologias conceptivas. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2007.

SANTOS, L. Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XIX, n. 57, ano XIX, p. 83-109. São Paulo: Cortez, julho 1998-109.

Trindade, Zeidi Araújo; Enumo, Sônia Regina Fiorim. Representações sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. In: **Psicologia, Saúde e Doenças**. vol. II, nº. 2, p.

5-26, 2001. Sociedade Portuguesa de Psicologia da Saúde. Lisboa. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36220201>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A Sra. está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: *As concepções de maternidade e maternagem segundo mulheres inférteis/estéreis adotantes do município de Aracaju/SE*, a ser realizada pela acadêmica **TACIA SUANE MARTINS DOS SANTOS**, do curso de **Serviço Social** da **Universidade Federal de Sergipe (UFS)**, sob orientação da **Profa. Dra. ROSÂNGELA MARQUES DOS SANTOS**.

O objetivo da pesquisa é *Conhecer os fatores que levaram as mulheres (inférteis/estéreis) a buscar à adoção via Cadastro Nacional de Adoção (CNA), no ano de 2015 no município de Aracaju/SE*.

A Sra. receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer deste procedimento e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la.

A sua participação será através de uma *entrevista* guiada por um roteiro semiestruturado com perguntas, como também por meio de *conversas dialogadas*, as quais serão gravadas e transcritas posteriormente. Informamos que a participante terá total liberdade para expor contribuições que julgue ser importantes para atender ao objetivo final, assim como também, optar em não responder algum item do roteiro, por julgar ser incoerente ou ofensivo.

Esclarecemos que a Sra. pode desistir em qualquer momento da sua participação, a qual é voluntária, não havendo, desta forma, nenhum retorno financeiro por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados no relatório final do Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora, estando, a posteriori, disponíveis para consulta na biblioteca da instituição de ensino anteriormente mencionada

Se você tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, por favor entrar em contato com a pesquisadora, em horário comercial, através do telefone (79) 99966-8703 ou pelo e-mail suane2martins@hotmail.com.

Participante

Orientador

Pesquisadora

_____ de _____ de _____

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Entrevista

1.0 PERFIL

- 1.1 Nome
- 1.2 Idade
- 1.3 Estado Civil
 - () Casada
 - () Solteira
 - () Divorciada
 - () União Estável
- 1.4 Escolaridade
 - () Fundamental Incompleto
 - () Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Superior Incompleto
 - () Superior Completo
- 1.5 Profissão
- 1.6 Religião
- 1.7 Renda Mensal

2.0 Como você vivenciou o processo de adoção?

- 2.1 A busca/motivação pelo Cadastro de Adoção
- 2.2 O processo avaliativo
- 2.3 A habilitação
- 2.4 O tempo na fila de espera
- 2.5 O Estágio de Convivência

2.6 Adoção deferida

3.0 Para você, o que significa ser mulher?

- 3.1 Você já se sentiu inferior a outras mulheres por ser estéril/infértil?
- 3.2 Você expôs sua infertilidade aos amigos e familiares?
- 3.3 Em caso de positivo à pergunta anterior, como você percebe a visão dos amigos e familiares sobre a infertilidade?
- 3.4 Você já passou por tratamento de fertilização?
- 3.5 Em caso de positivo à pergunta anterior, como foi sua experiência?

4.0 Como você compreende a maternidade?

- 4.1 Como você era antes de ser mãe?
- 4.2 Como você é sendo mãe?
- 4.3 Como você percebe a visão de terceiros sobre estas duas faces de sua vida?
- 4.4 O momento no qual você escolhera a adoção fora propício por quê?

Caso a entrevistada seja casada ou apresente união estável, o que mudou no seu relacionamento com a chegada de um filho (a)?

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO JUDICIAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PROTOCOLO DECIMA SEXTA UFGG CUEL 05/JUN/2017 12:24 0000294

DECISÃO

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, representada pela **DRA. ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS, Professora Orientadora do Curso de Serviço Social**, requer a **AUTORIZAÇÃO JUDICIAL** para realizar pesquisa científica de Trabalho de Conclusão de Curso.

Alega que a discente Tacila Suane Martins dos Santos, pretende realizar coleta de dados sobre adoções deferidas por este Juízo no ano de 2015, para seu Trabalho de Conclusão de Curso. Diz que a pesquisa será feita sobre as concepções de maternidade e maternagem de mulheres inférteis/estéreis adotantes, no município de Aracaju/SE e sobre os fatores que levaram-nas a buscar adoção pelo Cadastro Nacional de Adoção.

Junta documentos, quais sejam: A identificação da instituição de ensino requerente, com um ofício e da discente que realizará a pesquisa.

Instado, o Ministério Público opinou favorável ao deferimento do pedido, requerendo que a Unidade de Ensino dê conhecimento do resultado da pesquisa e que este requerimento seja processado como autorização judicial, dentre outros pedidos.

É o relatório. Decido.

Cuida-se de procedimento administrativo para autorização de pesquisa acadêmica em dados e informações processuais e sociais, sob a jurisdição deste Juízo, consoante disposto nos artigos 3º e 4º da Lei 12.527/2011 "in verbis":

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

(...)

IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V – desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

Reis Costa

RESOLUÇÃO 45/12 T.O.S.M.A. 2012 E.O. 100/2012

- I – informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;*
- II – documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;*
- III – Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;*
- IV – informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;*
- V – tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;*
- VI – disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;*
- VII – autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;*
- VIII – integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;*
- IX – primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. (...)*

A publicidade dos atos processuais, mais que uma regra, é uma garantia importante para o cidadão, na medida em que permite o controle dos atos judiciais por qualquer indivíduo integrante da sociedade. Ela está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, dedicado às garantias individuais, e também tem previsão legal no Código de Processo Civil, nos artigos 189 e 368.

A publicidade gera a oportunidade não só de conhecimento, mas, sobretudo, de controle, na forma legal, de decisões, o que é inerente ao processo legal e à própria essência do Estado de Direito, pois se trata de serviço público. Tão importante é a publicidade que o ordenamento brasileiro considera nulos os atos realizados sem a observância dessa garantia processual, com exceção das hipóteses de sigilo legalmente permitidas na

p. 5 *seu costa*

Constituição Federal em seu artigo 93, IX, e Código de Processo Civil em seu artigo 189.

Entretanto, existem situações em que o sigilo interessa ao próprio cidadão, para resguardar-lhe aspectos muito importantes, nos quais a publicidade poderia ferir sua intimidade. O segredo de Justiça é decretado justamente nessas situações, em que o interesse de possibilitar informações a todos cede diante de um Interesse público maior ou privado, em circunstâncias excepcionais como é o caso de todos os dados e processos inerentes a esta Jurisdição.

O segredo de Justiça se baseia em manter sob sigilo processos judiciais ou investigações policiais, que normalmente são públicos, por força de lei ou de decisão judicial. Sendo que tais processos e procedimentos devem ocorrer apenas em casos excepcionais, quando se questiona, em juízo, matéria que envolva a intimidade das pessoas ou, ainda, nos casos de sigilos de comunicação, fiscais e de dados, conforme prevê a própria Constituição da República em seus artigos 5º e 93.

O ECA estabelece, em seus artigos 143 e 144, a restrição dos atos processuais referentes a adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional, "in verbis":

(..)

Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Art. 144. A expedição de cópia ou certidão de atos a que se refere o artigo anterior somente será deferida pela autoridade judiciária competente, se demonstrado o interesse e justificada a finalidade. (...)

Houve, por parte do legislador infraconstitucional, a presunção absoluta de que a publicidade dos fatos que possam revelar a identidade daqueles que praticam atos infracionais viola a intimidade dos adolescentes

Infratores. Tal previsão, além de guardar consonância com a regra nº 08 das Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude, procura evitar possíveis atos discriminatórios ou estigmatizantes do público em relação a criança e ao adolescente.

Posto isso, tendo em vista a informação de conveniência e em face do parecer favorável do Ministério Público, **DEFIRO O PEDIDO**, com fundamento nos 3º e 4º da Lei 12.527/2011 e 74 e 149, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA).

Convoque-se a requerente na pessoa de seu representante, cientificando da decisão. Informe-se da necessidade de preservação da intimidade e da imagem das crianças, adolescentes e dos pretendentes, bem como de que o acesso está limitado à documentação do processo, resguardado o segredo de justiça. Devem ser as atividades restritas à proposta efetivada, objetivando sempre o melhor interesse da criança.

Informe-se esta decisão à Chefe do NUTEC, para as providências cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

Cadastre-se como autorização judicial.

Aracaju/SE, 05 de junho de 2017


ALINE CÂNDIDO COSTA
Juíza de Direito